



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Ciências da Educação

Administração e Gestão Educacional

Dissertação

**O CONCEITO DE PATRIMÓNIO EM ALUNOS
DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

Lúcia Maria Lopes Gonçalves Papafina

Orientadora:

Professora Doutora Olga Magalhães

OUTUBRO 2011

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Ciências da Educação

Administração e Gestão Educacional

Dissertação

**O CONCEITO DE PATRIMÓNIO EM ALUNOS
DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

Lúcia Maria Lopes Gonçalves Papafina

Orientadora:

Professora Doutora Olga Magalhães

DEDICATÓRIA

Ao meu companheiro de tantas caminhadas,
às minhas filhotas Leonor e Raquel pela compreensão
e a mim própria por estar preste a realizar mais um sonho.

RESUMO

Esta dissertação aspira poder colaborar no âmbito das Ciências da Educação para o delinear de estratégias educativas que conduzam ao conhecimento, valorização, preservação e divulgação do património.

Tendo como base esta aspiração despontou um esquema de investigação que se revela importante e orientado para a prática docente ao fazer um estudo descritivo, baseado na recolha da opinião de alunos do 4º ano de escolaridade do 1º Ciclo do Ensino Básico num agrupamento de escolas de Portalegre acerca do conceito de património.

Reconhecer a importância da “Educação Patrimonial” no contexto educativo é uma tarefa fundamental que apenas a Escola poderá dar resposta, formando indivíduos preocupados com o conhecimento, valorização, preservação e divulgação do património.

O património seja ele: arqueológico, industrial, artístico, móvel, etnográfico, educativo, natural ou mesmo construído é um recurso educativo riquíssimo ao permitir uma abordagem trans e interdisciplinar tendo como ponto convergente a fomentação de cidadãos informados e conscientes da importância desta temática.

Palavras-chave: património, valorização, preservação, divulgação, currículo nacional, metas e estratégias.

ABSTRACT

The concept of heritage in students in 4th grade of the 1st cycle of basic education

This dissertation aims to collaborate within the scope of Education Sciences to draw educational strategies that lead to knowledge, valorisation, preservation and dissemination of heritage.

Based on this aspiration a scheme of investigation has emerged, which reveals to be important and oriented to teaching practice by making a descriptive study, based on the collection of opinions of students in the 4th grade of the 1st cycle of basic education in a group of schools of Portalegre about the concept of heritage.

Recognizing the importance of "heritage education" in the educational context is a fundamental task that only School can meet, training individuals concerned with knowledge, appreciation, preservation and dissemination of heritage.

The heritage whether it is: archaeological, industrial, artistic, mobile, ethnographic, educational, natural or even built is a rich educational resource that allows us a trans- and interdisciplinary approach having as converging point the fostering of well-informed citizens aware of this issue.

Keywords: heritage, appreciation, dissemination, preservation, national curriculum, goals and strategies.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu amigo e marido por me ter incentivado e acompanhado a percorrer mais esta jornada.

Agradeço às minhas filhas o carinho nas horas de cansaço e a compreensão pelos momentos que a elaboração desta dissertação lhes arrebatou.

Agradeço à minha mãe, irmão Beto, irmã Susana e cunhada Ana por terem acompanhado as minhas filhotas quando eu não podia estar presente.

Agradeço à Sr.^a Professora Doutora Olga Magalhães pela orientação e supervisão clara e precisa, pela confiança no trabalho que eu ia desenvolvendo e pela forma cordial e afável que decorreram os nossos encontros.

Agradeço à Diretora do Agrupamento N° 2 de Portalegre, em especial, por ter permitido desenvolver a parte empírica para a consecução desta dissertação in loco.

Agradeço aos alunos do 4º ano de escolaridade do Agrupamento N° 2 de Portalegre e respetivas professoras por se terem disponibilizado para o preenchimento do questionário.

O meu obrigado a todos quantos passaram pela minha vida e que de uma forma ou de outra tiveram influência na decisão de alcançar mais este patamar do conhecimento, bem como, me tornaram uma pessoa com um projeto de VIDA.

A todos o meu humilde Obrigado.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT.....	III
AGRADECIMENTOS	IV
ÍNDICE.....	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	VII
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I – O CONCEITO DE PATRIMÓNIO	8
1.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO	8
1.2 SIGNIFICADO DO PATRIMÓNIO, CONCEITOS E TIPIFICAÇÕES ATUAIS.....	17
1.3 A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO.....	18
1.4 A GLOBALIZAÇÃO DO PATRIMONIO	22
CAPITULO II – ABORDAGEM AO CONCEITO DE PATRIMÓNIO EM CONTEXTO ESCOLAR	26
2.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	26
2.2 O PROGRAMA DO 1º CEB NA ÁREA DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO	27
2.2.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS METAS DE APRENDIZAGEM PARA O 1º CEB ASSOCIADAS AO CONCEITO DE PATRIMÓNIO.....	29

2.2.2 EXEMPLOS DE ESTRATÉGIAS.....	34
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	37
3.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS E O ESTUDO DESCRITIVO.....	37
3.2 A RECOLHA DE DADOS	38
3.3 A ANÁLISE DE DADOS	39
3.4 O ESTUDO DESCRITIVO.....	40
3.4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	40
3.4.2 AMOSTRA	41
3.4.3 OBJETIVOS DO QUESTIONÁRIO	42
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE RESULTADOS.....	44
4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS RECOLHIDOS NO ESTUDO DESCRITIVO.....	44
4.2 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	64
LEGISLAÇÃO	67
WEBGRAFIA.....	68
ANEXOS	69

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Local de residência.....	44
Gráfico 2 – Local da escola.....	44
Gráfico 3 – Idade dos inquiridos	45
Gráfico 4 – Sexo dos inquiridos.....	45
Gráfico 5 – Já ouviu falar em património?	46
Gráfico 6 – Na escola já falou de património?.....	46
Gráfico 7 – Conceito de património	47
Gráfico 8 – Conhece exemplos de património?	49
Gráfico 9 – Exemplos locais de património.....	49
Gráfico 10 – Exemplos de património existente noutras localidades.....	51

INTRODUÇÃO

Os modos de olharmos o que nos rodeia, ou melhor, de observarmos o que nos rodeia, são uma capacidade que deve ser desenvolvida desde a tenra idade. Não só porque assim é apontado pelo Currículo Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico na Área disciplinar de estudo do Meio, mas também porque se pretende que a Escola preconize um olhar atento ao que nos está mais próximo, bem como, seja um elemento fundamental na recolha, valorização e divulgação do Património Local e por conseguinte do Nacional e mesmo Mundial

A educação, seja ela formal ou não – formal, ocorrendo dentro ou fora da escola, deve ter um papel fundamental no processo de desenvolvimento de uma consciência crítica, onde as pessoas que não tiveram acesso a uma educação formal também possam elas participar ativamente na sociedade sem se sentirem à margem dos que por variadíssimas questões a ela tiveram acesso e sucesso. Todos deverão ter voz dentro da história de um país.

A educação patrimonial deverá estar para além dos centros históricos das cidades patrimónios culturais. É necessário que cada cidadão seja também atuante quanto à preservação patrimonial, de um património que também é seu.

A profissão de docente exige daqueles que a decidiram abraçar uma predisposição para a investigação, para a constante adaptação a estratégias, recursos, a conceitos inerentes à própria profissão, a atualização em diversas áreas, nomeadamente a das Novas Tecnologias, que por vezes, mesmo sem dar conta disso embarca-se num esquecimento coletivo daquela tão popular expressão “Quem fomos? Quem somos? E onde queremos chegar?”

Esta dissertação tem como ponto de partida a constatação de que alguns alunos no final do 1º CEB apresentam um conceito de património muito restrito e expressam dificuldade em apontar exemplos locais e não só.

De uma forma não fundamentada, apenas expressando aquilo que é o sentir do dia a dia no diálogo entre pares existe a preocupação entre a classe docente de abordar as questões do património na área curricular disciplinar de estudo do meio, todavia essa preocupação restringe-se a uma abordagem / levantamento / caracterização do património edificado mais notável existente na comunidade. Desse modo o conceito de património adquirido pelos discentes será pouco abrangente, ficando de fora as suas variadíssimas vertentes, principalmente as que estão mais relacionadas com a cultura popular como é o caso da gastronomia, cantares, utensílios para diversos fins, ditados, rezas, entre outras. Estas vertentes do património por terem uma origem tradicionalmente oral ir-se-ão perder no tempo caso a escola não invista mais na sua recuperação e valorização tal como se faz com a recuperação e dinamização do património edificado.

É este sentir, resultado do contacto diário com os alunos, de que as crianças no final do primeiro ciclo do ensino básico possuem um conceito de património muito restritivo que nos leva a investigar nesta dissertação que conceitos de património possuem os alunos que concluem o 1ºCEB?

Tão absorvidos em que andamos em cumprir o Currículo, em nos atualizarmos, embrenhados em manuais escolares construídos à escala nacional, e ultimamente “atolados” em burocracia (grelhas, relatórios, registos, ...), tentando dar resposta a todas as solicitações que chegam à escola de todas as Instituições e Projetos que os professores possivelmente vão descurando o papel fundamental, ou mesmo imprescindível que a escola teve, terá ainda algumas vezes e que convinha reforça-se no futuro, na identificação, no levantamento, na valorização, na preservação e por conseguinte na promoção do património cultural das populações.

De facto, cabe acrescentar muito aos manuais escolares de estudo do meio, que ainda não alcançaram o tão desejado estatuto de serem unicamente uma referência para o docente. Na realidade o recurso ao manual adotado pelo estabelecimento de ensino e a reproduções de fichas de trabalho padronizadas são a estratégia mais utilizada pela classe doente. O desejável será o docente, tal como as próprias orientações curriculares do Ministério de Educação preconizam apresentar uma atitude crítica ao conteúdo do manual, não só para confirmar que aborda os conteúdos do currículo nacional para a

disciplina de estudo do meio, mas também, pensar nele como um recurso de apoio, de orientação o qual deverá ser enriquecido, no que diz respeito ao tema desta dissertação, como atividades de pesquisa, de observação do meio envolvente (material e humano), recolha de informação, registo e divulgação da mesma para que se alcance a tão desejada valorização e consequente preservação do património. Seguindo esta linha de pensamento muitas páginas deverão ser acrescentadas em função da localidade e do meio envolvente em que a escola está implementada.

Para que este conhecimento do seu próprio património local chegue aos alunos, a iniciativa deverá partir do próprio docente. Contudo, esta postura poderá ser dificultada pelo próprio método de colocação de docentes. Que muitas vezes vão exercer a sua profissão para localidades que desconhecem totalmente. Porém esta aparente barreira poder-se-á converter numa potencialidade, se para isso o docente estiver sensibilizado e disposto a “cumprir” com o seu papel de professor-investigador, não só para seu crescimento intelectual e pessoal, mas também, em prol do desenvolvimento do conhecimento dos seus alunos e preservação da identidade local / nacional.

Numa época em que a globalização parece que nos vai tornar todos tão iguais em hábitos e gostos, mas ao mesmo tempo nos torna tão diferentes no que respeita ao acesso à informação e ao conhecimento, pretende-se com esta dissertação fazer um estudo acerca do conceito de património de alunos do final do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A mobilidade real (proliferação de inúmeras hipóteses de se viajar e conhecer diferentes locais e modos de vida) ou virtual (recorrendo à visualização de documentários, filmes, reportagens, e aos contactos que se podem estabelecer através das recentemente criadas redes sociais) de pessoas é hoje uma das muitas realidades com que a escola se depara vem também ela dificultar o papel dos professores na recolha de informação sobre o património da localidade onde está inserida a comunidade escolar, bem como do património que cada aluno transporta consigo como membro de outra comunidade onde residiu anteriormente.

Tal como acontece em outras matérias, à escola são solicitadas inúmeras e diversas tarefas, cabe-lhe também mais esta de negociar a tensão que se gerou entre a

dicotomia globalização e a afirmação das raízes identitárias da localidade (nações, regiões, concelhos)

Na sua obra *Portugal – Olhares sobre o Património* (2008) Duarte Belo identifica cinco grupos temáticos de património: património natural, património religioso, património militar, património civil e património de engenharia, ao que alguns autores, mais orientados para a recolha e registo das tradições também juntariam a esta categorização o património oral, gastronómico, musical / dança...

No início de cada ano letivo, uma vez que a calendarização / orientações curriculares assim me fazem planificar os conteúdos a trabalhar, nomeadamente o tema *Conhecer o meio local*, tenho verificado que o conceito de património que os alunos têm adquirido é muito restrito ou mesmo nulo em alguns casos. A título de exemplo testemunho a situação por mim vivenciada no ano letivo 2010 /2011, em que os alunos do 4º ano de escolaridade, ao lhe ter sido solicitado que indicassem exemplos do seu património local, deixaram a questão por responder por não entenderem o conteúdo da mesma.

Ainda sobre este assunto é oportuno acrescentar que ainda no ano letivo referenciado anteriormente ao questionar catorze alunos sobre o património existente na sua localidade a propósito de uma possível elaboração de uma brochura de divulgação da aldeia junto de turistas os comentários foram os seguintes: “Aqui em (...) não existem castelos”, “Não temos nada antigo”, “Não existe património em (...)”, “Não há palácios”, “Não há nada para os turistas virem visitar”... No decorrer da mesma aula os alunos do 4º ano de escolaridade associaram o conceito de património exclusivamente ao património construído revelando desconhecer que também podemos falar de património natural, gastronómico, oral, musical ...

Partindo do conhecimento, que a minha função de docente me permitiu construir ao longo do tempo em que já a exerço, sobre este tema considerei oportuno realizar um estudo que pudesse confirmar ou não esta opinião que tenho acerca do conceito que os alunos possuem de património. Paralelamente proponho-me também fazer uma análise das metas de aprendizagem contidas no currículo nacional do 1ºCEB e poder concluir se existem ou não referências explícitas ao património.

São objetivos desta dissertação:

1º Expor um quadro teórico que aborde o conceito de património segundo vários autores

2º Expor um quadro teórico que aborde as várias “vertentes” do conceito de património

3º Apresentar uma análise ao conceito de património preconizado no currículo nacional do 1º CEB

4º Investigar sobre que conceitos de património possuem os alunos do 4º ano no concelho de Portalegre.

O tema escolhido para esta dissertação constitui o resultado de um processo de seleção no qual intervieram componentes diversificadas. A exclusão progressiva das hipóteses inicialmente consideradas, derivou da dificuldade de se pretender encontrar um tema que facultasse a realização simultânea de dois objetivos, originalmente perspetivados.

Em primeiro lugar, desenvolver um estudo que pudesse conduzir ao entendimento de um conceito em particular e subsequentemente à melhoria das práticas educativas da sua autora numa abordagem bem focada e específica. Cujas divulgações do estudo se ambiciona que possa enriquecer o debate sobre o tema a ser abordado na dissertação

Em segundo lugar, mas não menos valorizado, a viabilidade do estudo no que diz respeito aos seguintes fatores: a calendarização para a realização da dissertação, os recursos bibliográficos e humanos disponíveis no contexto geográfico da autora.

Com efeito o tema justifica-se por si próprio e em primeiro lugar, se não exclusivamente, pela centralidade objetiva essencial da noção de *interesse comum da humanidade*, que o conceito inequivocamente envolve.

O propósito que se ambiciona alcançar com a elaboração desta dissertação será o de contribuir para o enriquecimento do debate académicos acerca da noção de um conceito em particular o de “património” em alunos que se encontram no final do 1º CEB, apresentar de forma sucinta quais as indicações do Ministério da Educação nesta temática que surgem no Currículo, refletir sobre a pertinência e abrangência das

mesmas, expor quais as metas a alcançar nos domínios e subdomínios relacionados com o tema e apresentar um estudo sobre que conceito de património possuiu a população em causa no concelho de Portalegre e após tratamento, leitura e análise dos dados recolhido realizar uma comparação entre o que é exposto na parte da revisão bibliográfica e os dados recolhidos nos questionários.

Poder-se-á questionar porquê da escolha do conceito de património, porque no entender da autora desta dissertação obstante num primeiro impacto parecer ser um tema demasiado específico a ser estudado ao nível do primeiro CEB, se se realizar uma interpretação transversal das diversas áreas disciplinares e não disciplinares facilmente se perceberá a riqueza e interdisciplinaridade do tema, que vai desde o conhecimento de próprio indivíduo (Eu) até às questões ambientais, passando pela leitura de vários tipos de registos ou pela medição do tempo passado, presente e futuro.

O objetivo pertinente dos estudos realizados em qualquer área disciplinar, é o de contribuir para o aperfeiçoamento progressivo da sociedade.

Este estudo, de natureza descritiva, analisa os sentidos e a complexidade estrutural do conceito de Património manifestada por alunos do 4º ano de escolaridade no concelho de Portalegre (população), mais precisamente no Agrupamento N°1 de Portalegre (amostra).

Desse modo a investigação insere-se num estudo qualitativo acerca da compreensão do conceito de património.

A recolha de dados compreendeu a aplicação de um questionário aos 101 alunos do Agrupamento N°2 de Portalegre.

Foi analisado o conceito de património que os alunos sustentam, os exemplos generalistas apontados, o contexto em que o conceito foi abordado e os exemplos do meio local apresentados.

O capítulo I aborda a evolução do conceito património ao longo dos tempos, numa perspetiva formal e informal.

A fim de compreender o significado e a dimensão que este conceito pode encerrar em si, impõe-se lançar um olhar não só sobre a evolução do conceito em termos espaciais e temporais, mas numa lógica da sua apropriação pelo homem.

Desde os tempos mais remotos podemos observar a necessidade que o Homem tem em preservar tudo aquilo que o liga às suas vivências embora isto não signifique que tenha desde sempre desenvolvido essa consciência.

A História, a Sociologia, a Antropologia entre muitas outras áreas do conhecimento, demonstraram nas mais variadas formas como o Homem foi desenvolvendo essa consciência.

Contudo, este conceito é relativamente novo, daí a necessidade deste olhar em termos de legislação nacional e internacional, para melhor compreender o seu significado e dimensão.

Este capítulo apresenta um quadro teórico acerca das atuais definições do conceito património e suas tipificações recorrendo para o efeito a diversa bibliografia, nomeadamente à *Lei do Património Cultural Português* (Lei nº 13/85 de 6 de julho), à Lei nº 107/2001 de 8 de setembro e a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* da UNESCO em 1972.

O capítulo II reflete em primeira linha um estudo macro sobre o currículo nacional, onde se apresenta a sua organização por áreas. Mais profundamente é apresentada uma análise do programa da área disciplinar de estudo do meio para o 4º ano, chegando-se mesmo a uma decomposição das diferentes metas de aprendizagem associadas ao conceito de património. Por último levanta o debate acerca de alguns exemplos de estratégias apontadas pela Direção Geral de Inovação Desenvolvimento Curricular para alcançar as metas delineadas para este domínio e respetivos subdomínios.

No capítulo III é apresentada a metodologia de investigação do estudo descritivo realizado no âmbito desta dissertação. Dele constam a apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos.

CAPITULO I – O CONCEITO DE PATRIMÓNIO

1.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO

“A noção de património de um povo, que implica a consciência de todos perante costumes, hábitos, conhecimentos, religião, não se formou de uma forma evidente e imediata ao longo dos tempos.”
Nuno Santos Pinheiro

O conceito de património não teve sempre a mesma extensão ao longo da história da humanidade. A este propósito Nuno Pinheiro (s/d, pág. 28) afirma:

Este conceito que o egocentrismo próprio de cada cidadão leva a cercear perante os bens que ele defende porque são da sua Família, dos seus Antepassados, só muito tarde tomou as proporções próprias que fazem com que este património assuma a sua verdadeira amplitude como valor de cultura de uma sociedade, de cultura de um povo.

Nesta jornada intrincada que o Homem percorre, neste mundo que vai criando e reinventando à sua volta, vai deixando como rasto a sua ação sobre o que o rodeia, num testemunho da sua passagem, da sua sensibilidade e do seu conhecimento. Na história já milenar deste nosso planeta o ser humano fez germinar uma cultura à medida dos tempos em que a sua ação vai acontecendo.

Na diversa bibliografia consultada os seus autores são unânimes em considerarem, tal como Nuno Pinheiro (s/d, pág. 28) “ (...) o conceito de património vai-se tornando cada vez mais complexo, mais amplo, podendo num futuro, ele ser motivo de redefinição face aos domínios do saber a que o Homem um dia chegará.”.

Com base nesta posição partilhada por diversos estudiosos nesta temática, poder-se-á asseverar que o conceito património é dinâmico, uma vez que foi sendo ampliado ao longo dos tempos e provavelmente, continuará essa redefinição, uma vez que esta

está intrinsecamente amarrada à ação do Homem, do seu talento, dos seus anseios e do seu conhecimento.

A conceção da palavra património esteve relacionada de início apenas aos bens herdados dos ascendentes. Esta associação a bens herdados de família é ainda hoje uma das vertentes do conceito conquanto a evolução que o conceito foi sofrendo ao longo dos tempos.

A definição do conceito de património esteve sempre à mercê do que os legisladores consideravam que era relevante preservar e salvaguardar. Desse modo A salvaguarda e preservação dos valores históricos é uma preocupação que data da 1ª dinastia. Assim, no reinado de D. Dinis, no século XIII, foi publicada legislação respeitante à recuperação dos burgos arruinados e dos castelos e à proteção de todos os meios de riqueza nacionais, até então pouco conhecidos. São também conhecidas algumas iniciativas isoladas, que datam do século XVI, com o objetivo de salvaguardar “antiguidades pátrias, *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, (s/d vol.2, pág. 85).

Em Portugal, durante o reinado de D. João V, com a criação da Academia Real da História Portuguesa começaram-se a organizar estudos e a abordar não só a História, mas ainda as ciências subsidiárias como a Geografia, a Arqueologia, a Numismática, a Diplomacia, que segundo alguns autores, entre eles David Mourão Ferreira, muito contribuíram para a compreensão do património cultural nacional. É por indicação da Academia Real da História Portuguesa que D. João V assinou, em 20 de agosto de 1721, um alvará que tinha como objetivos inventariar e conservar os monumentos nacionais.

A leitura sumária desse alvará (20 de Agosto de 1721) permite aferir qual o conceito de património que lhe está subjacente:

(...) Eu El-Rei faço saber (...) que procurando examinar por si e pelos Académicos os monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no Reino (...) se achava que muitos que puderam existir nos edifícios, estátuas, mármore, cipós, lâminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos, por incúria e ignorância do vulgo se tenham consumido (...). Hei por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja

desfaça, ou destrua, em todo nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, e da mesma sorte algumas estátuas, mármore e cipós em que estiverem esculpidas, ou tiverem letreiros fenícios, gregos, romanos, góticos e árabicos; (...) como outrossim medalhas ou moedas que mostrem ser daqueles tempos, nem dos anteriores, até ao reinado do Senhor Rei Dom Sebastião (...).

Com a Revolução francesa no século XVIII o conceito ganha uma forma mais alargada com o uso do termo como herança social quando o Estado decide tutelar e proteger as antiguidades nacionais, às quais era conferido significado para a história da nação.

Já no século XIX o conceito torna-se mais alargado quando passa a ter uma conotação associada à herança do povo, que ganha a denominação de Património Histórico.

Da variada bibliografia consultada apraz referir que a evolução do conceito de património, mais acentuada essa evidência no decorrer do século XX, tem estado sempre interligada com a legislação que foi sendo publicada sobre o assunto.

A legislação publicada em Portugal sobre a temática do património (entendido como bens culturais) poderá ser demarcada por três períodos: (i) a primeira Republica; (ii) o Estado Novo; (iii) a Democracia Constitucional (pós 25 de Abril).

No início da primeira década do século XX é constituído por decreto o Conselho dos Monumentos Nacionais para determinar as bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados Monumentos Nacionais, Ana Ramos (2009,pág.15) “(...) *algumas construções industriais essenciais à compreensão da evolução histórica do país (...)*”.

Em janeiro de 1907 é publicado um Decreto onde consta uma lista de monumentos edificados considerados exemplos da arquitetura religiosa da História da nação. Ainda no mesmo ano é publicada uma outra lista onde o governo apresenta exemplos de Monumentos nacionais/imóveis de interesse público, onde é dado relevo aos monumentos arqueológicos.

À categoria de arquitetura religiosa e militar foram criadas outras, relativas aos monumentos pré-históricos e aos monumentos lusitanos e lusitano - romano. Por último, é instituída uma quinta categoria que abarca tipologias tão distintas como: paços, hospitais, pelourinhos e trechos arquitetónicos.

Este constante alargamento de tipologia de monumentos que passam a ser considerados Monumentos nacionais deixa subentendido que já nesse período o legislador ia sentido a necessidade de alargar o conceito de património aos diversos testemunhos materiais que o homem ia deixando como marca da sua existência no decorrer dos tempos. Embora, presentemente, e à distância que o tempo permite, tem-se a percepção que se tratava ainda de uma visão muito simplificadora do conceito de património.

Já na década de trinta o decreto nº 20985, de 7 de março de 1932, institui o Conselho Superior de Belas Artes e introduz a figura de imóvel de interesse público:

(...) Dar parecer sobre as propostas de classificação de «Monumentos nacionais», ou de «Imóveis» de interesse público (...). Os imóveis que, sem mereceram a classificação de monumento nacional, ofereçam todavia considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico, serão, com essa designação, descritos em cadastro especial, e nenhuma obra de restauração poderá realizar-se neles sem que o respetivo projeto haja sido superiormente aprovado, ouvido o Conselho Superior de Belas Artes, sendo-lhe aplicáveis todas as outras disposições desta lei concernente à classificação, desclassificação, alienação, demolição e conservação dos monumentos nacionais.

O conceito de valor concelhio é introduzido pela Lei nº 2032, de 11 de junho de 1949:

As câmaras municipais devem promover a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público, de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos.

Se as entidades competentes os não classificarem como tais, poderão as câmaras promover, junto das mesmas entidades, a sua classificação como valores concelhios.

Até à década de oitenta não é visível na legislação referência ao material etnográfico, por exemplo. No entanto em 1980, no preâmbulo do Decreto-Lei nº 245/80, de 22 de julho são apresentadas novas preocupações que conduzem a um alargamento do conceito de património:

A defesa do património cultural é uma tarefa ingente que apela, na maior parte dos casos, para um trabalho de equipa interdisciplinar. A par do historiador, do arqueólogo, do etnógrafo, do historiador de arte, do químico e de outros especialistas das ciências humanas e naturais, surge o técnico que sabe garantir a preservação das condições materiais do objeto, identificá-lo como falso ou verdadeiro e restaurar-lhe a aparência e a estrutura quando a ação do tempo, a incúria ou qualquer catástrofe as alterou.

Embora a política nacional apontasse para um conceito muito restritivo de património os museus por intermédio dos seus responsáveis tiveram alguma influência sobre a decisão do que deve ou não ser preservado. Contribuindo assim de alguma forma para que o conceito de património ganhasse um sentido mais alargado.

Com a publicação, em 1985, da Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei n.º 13/85) o conceito torna-se mais alargado. Onde se pode ler no seu Título I, Princípios Fundamentais, art.º 1º:

O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência através do tempo.

Ainda neste documento é apresentada uma classificação mais alargada de património cultural, classificando de bens (i) imóveis e (ii) móveis. Do subgrupo dos bens imóveis passam a estar subdivididos em monumentos, conjunto e sítio. Por seu lado como bens móveis passam a ser os que apresentem um valor cultural. No seu global os bens podem ainda ser classificados como *de valor local, valor regional, valor nacional ou valor internacional*.

O enquadramento orgânico, natural ou construído, dos bens culturais imóveis que afete a percepção e leitura de elementos e conjuntos ou que com eles esteja diretamente relacionado, por razões de integração espacial ou motivos sociais, económicos ou culturais, deve ser sempre definido de acordo com a importância arqueológica, histórica, etnológica, artística, arquitetónica, urbanística ou paisagística do lugar, por constituir parte indispensável na defesa desses mesmos bens.

A partir da Lei de Bases, por *monumentos* passa a entender-se obras de arquitetura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social. Os *conjuntos* passam a designar agrupamentos arquitetónicos urbanos ou rurais. A classificação de *sítios* refere-se a obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza.

Quanto à definição de bens culturais ela aparece expressa no Capítulo I, Disposições comuns, Secção I, Da classificação e seu processo, art.º 8, número 2:

a) Os bens de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza ou da evolução da natureza ou da técnica, neles incluindo os que se encontram no interior de imóveis ou que deles tenham sido retirados ou recuperados, bem como os que estão soterrados ou submersos ou forem encontrados ou forem encontrados em lugares de interesse arqueológico, histórico, etnológico ou noutros locais;

b) As obras de pintura, escultura e desenho, os têxteis, as espécies organológicas, os utensílios ou os objetos de valor artístico, científico ou técnico;

c) Os manuscritos valiosos, os livros raros, particularmente os incunábulos, documentos e publicações de interesse especial nos domínios científico, artístico ou técnico, incluindo as espécies fotográficas cinematográficas, registos sonoros e outros;

d) Todos os bens, do passado ou do presente, de natureza religiosa ou profana que forem considerados de valor nos domínios científico, artístico ou técnico.

Já mais recentemente, é com a publicação da Lei nº 107 /2001 a 8 de setembro, que o conceito de património cultural ganha uma nova dinâmica e torna-se

verdadeiramente abrangente quer nos seus princípios basilares, dos direitos, garantias e deveres dos cidadãos, dos objetivos, dos bens culturais e das formas de proteção, do regime geral de proteção dos bens culturais, do regime geral de valorização dos bens culturais, dos regimes especiais de proteção e valorização dos bens culturais, dos bens imateriais, das atribuições do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, dos benefícios e incentivos fiscais, da tutela penal e contra – ordenacional.

Artigo 2.º

Conceito e âmbito do património cultural

1 – (...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.

2 - A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 - O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 - Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas.

5 - Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 - Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 - O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objeto de legislação e políticas próprias.

8 - A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado das Regiões Autónomas sobre a proteção e valorização do património cultural e constitui objeto de legislação própria.

Na sua tese de mestrado *O lugar da educação patrimonial no Currículo Escolar*, Ana Ramos (2009, pág. 17) escreve: “A noção de Património não se restringe à arquitetura (...)”. Ainda sobre o mesmo conceito de Património Histórico Nuno Pinheiro afirma “(...) refere-se a um bem móvel, imóvel ou natural, que possua valor significativo para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico”.

O conceito de património cultural não teve sempre a mesma extensão, esteve sujeito aos fenómenos culturais de transformação e expansão. David Mourão-Ferreira na sua obra *Defesa e valorização do património cultural português* (1977, boletim nº 5) escreve:

(...) ampliando-se a cada passo o campo semântico da palavra cultura – porque progressivamente se vão integrando, na realidade a que ela responde e corresponde, recentes ou remotas províncias do conhecimento, novas ou negligenciadas formas de experiência e de atividade, vestígios das mais antigas práticas rituais e artesanais ou resultados das mais modernas conquistas tecnológicas –, simultaneamente se amplia a área do que há de ser conservado, preservado, exposto e difundido como exemplo e memória do que o homem tem feito, ao longo dos séculos (...).

O património é a nossa herança do passado, com que vivemos atualmente, e que iremos deixar de herança às gerações vindouras.

Do património cultural fazem parte bens imóveis tais com castelos, igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, e ainda locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral. Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, pinturas, esculturas e artesanato. Nos bens imateriais considera-se a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes.

Assevera Hélder Pacheco na sua obra *Rostos de Gente* (1987, pág. 13):

Património são os rostos que se desvendam pouco a pouco. Recordações, vestígios, artes e ofícios que já não são; mas também, por vezes, afirmações de

hábitos, costumes, fenómenos que permanecem. Atos de humanidade, apesar de tudo, despertos.

Em sùmula cita-se um poema resultante do trabalho de uma professora com os seus alunos na Escola Preparatória de Esgueira, referenciado por Hèlder Pacheco na sua obra *Rosto da Gente* (1987, pág. 13):

A riqueza dum povo é tudo
O que faz parte da sua vida.
É tudo o que o cerca. É a paisagem
Que vês da tua janela.
É a casa pequenina da tua aldeia.
É o museu da cidade
É a cantiga que ouves ao trabalhador,
é aquela que a tua mãe cantava
para te embalar.
É a filarmónica da tua terra nas tardes
quentes de verão.
São os trajos coloridos das mulheres
do campo ou do mar.
É o rancho que dança nos caminhos
poeirentos da aldeia.
É a capelinha solitária no alto do monte.
É a catedral da grande cidade.
É o barro moldado pela mão do oleiro,
a rede feita pela mão do pescador.
É o pregão da varina que percorre as ruas
da cidade, ou a voz serena do pastor
chamando as ovelhas...
São as histórias contadas, aos serões de inverno,
junto à lareira.
É o jogo da malha no largo da aldeia.

É o desenrolar da meada, e a força da vida!

1.2 SIGNIFICADO DO PATRIMÓNIO, CONCEITOS E TIPIFICAÇÕES ATUAIS

“todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade portuguesa através dos tempos”
Lei nº 13/85 6 de julho

A temática do património cultural é quase obrigatória nos dias que correm. A sua abordagem é um problema que acomete a escola e que exige dela uma resposta assertiva, *“um tratamento pedagógico-didático que motive os jovens para o estudo das realidades patrimoniais (...)*, António Manique (1994, pág: 54) e que lhes incremente competências de investigação e de *“leitura histórica do património”*, assim como posturas de cidadania que tenham como fim último a defesa e preservação do que os rodeia.

A *Lei do Património Cultural Português* (Lei nº 13/85 de 6 de julho), esclarece ser este constituído por *“todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa atreves dos tempos”*. Esta lei vem ao encontro das orientações da UNESCO no que diz respeito à sua tipificação. Esta lei vem classificar os bens patrimoniais imóveis em monumentos, conjuntos e sítios, adotando definições amplas que permitem, teoricamente, a defesa das realidades patrimoniais do país.

Com base nesta lei António Manique na sua obra *Didática da História – Património e história local* apresenta a seguinte tipificação do conceito património: património arqueológico, património industrial, património artístico móvel, património etnográfico, património educativo e património construído.

Segundo esta linha de pensamento a noção de Património Histórico não se restringe à arquitetura, como testemunho da presença e realização humana ao longo dos tempos.

Nos tempos que decorrem a conceção de Património Histórico é muito ampla, abarcando outros resultados dessa ação, do sentir, do pensar, do agir do reinventar do Homem sobre o que o rodeia, tais como esculturas, pinturas, textos escritos, variadas peças de valor etnológico, arquivos e coleções bibliográficas, desenhos artísticos ou científicos, peças significativas para o estudo da ergologia de um povo ou de uma época.

1.3 A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO

“Defender o património, em termos de futuro, passa antes de mais, pela sensibilização das jovens gerações para a preservação dos bens patrimoniais que constituem suportes de memória coletiva nacional e do seu quadro de referências e valores.”
António Manique

Na atualidade a instituição escolar desempenha um papel indispensável no que concerne à proteção e preservação do património ao orientar as suas abordagens com vista a formar cidadãos conscientes das ações que devem intentar, ao nível local e nacional. Acerca deste papel importante da educação na preservação do património, mais precisamente, o que é a educação patrimonial? Lurdes Horta, num artigo para o boletim TVbrasil em (2003, pág.2):

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “patrimônio” são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. O patrimônio, como o nome diz, é algo herdado de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, se a conhecermos e reconhecermos como algo que nos foi legado, e que deveremos deixar como herança para nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história.

Todavia defender o património é, antes de tudo, conhecê-lo, “*E conhecer o património implica conhecer o percurso histórico em que ele se enquadra e fora do qual perde todo o seu significado*”, Manique (1994, pág. 55).

Sobre este assunto Manique na sua obra *Didática da História – Património e história local* (1994, pág. 55) afirma:

(...) o património assume papel relevante e insubstituível enquanto referencial observável que permite obter repostas para muitas questões relativas às sociedades que nos procederam. Todo o meio, rural ou urbano, se situa no tempo, possui história, ainda que reduzida, pelos objetos e construções atestam as existências anteriores, são os laços diretos do passado com o presente, permitem ao indivíduo confrontar-se com as realidades pretéritas e encontrar pistas para a compreensão do seu próprio tempo.

No sentido de dar resposta a uma apreensão generalizada com o património, em 1972 a UNESCO elabora um instrumento jurídico internacional designado de *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, que impõe aos estados outorgantes o dever de participar na salvaguarda de bens que possuam um valor universal de exceção. Manique na obra supracitada anteriormente defende que: (pág.55)

A adesão à Convenção de grande número de estados, entre os quais Portugal, bem como o crescimento constante da lista dos bens classificados como património mundial, revelam a cada vez maior importância da defesa e preservação do património, agora definido em termos amplos, de forma a abranger não só os tradicionais monumentos, mas também elementos naturais, físicos e biológicos, considerados de valor excecional do ponto de vista científico ou estético.

Este documento tem como finalidade criar um sistema que permita à Comunidade internacional participar na salvaguarda de bens que têm valor universal de exceção.

O responsável pela proteção passa a ser, em primeiro lugar, o governo em que se encontram os edifícios, as cidades históricas, os elementos naturais, etc., aos quais esse mesmo governo atribuiu um valor excecional. De facto cada estado-parte reconhece que “*a obrigação de assegurar a identificação, a proteção, a conservação, a valorização e*

a transmissão às gerações futuras do património cultural e natural situado no seu território é prioritariamente da sua competência” (art. 4º).

No quadro legal português e tendo como base a lei de bases nº 107, de 8 de setembro de 2001 é ao estado em primeira instância que compete a tarefa fundamental de proteção do património, senão leia-se nos princípios fundamentais, o art.º 3, n.º 2 e 3 – tarefa fundamental do Estado:

2 - O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.

3 - O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Esta lei vem ainda reforçar a intervenção das estruturas associativas na proteção do património, art.º 10, nº 1:

1 - Para além dos contributos individuais, a participação dos cidadãos interessados na gestão efetiva do património cultural pela Administração Pública poderá ser assegurada por estruturas associativas, designadamente institutos culturais, associações de defesa do património cultural, e outras organizações de direito associativo.

Segundo a mesma lei de bases todos têm o dever de: preservar, defender, conservar e valorizar o património cultural, onde se lê no art. 11:

1 - Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.

2 - Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais.

3 - Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respetivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam

Na atualidade a tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos da proteção e da valorização do património cultural visam:

- a) Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural;
- b) Vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional;
- c) Promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local;
- d) Defender a qualidade ambiental e paisagística.

2 - Constituem objetivos primários da política de património cultural o conhecimento, a proteção, a valorização e o crescimento dos bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, bem como dos respetivos contextos.

Mantendo como referência a lei de bases que se tem vindo a citar nos anteriores parágrafos, no Título IV – Dos bens culturais e das formas de Proteção é considerada como forma de proteção (art. 16º) a sua classificação, bem como, respetiva inventariação

2 - Cada forma de proteção dá lugar ao correspondente nível de registo, pelo que existirá:

- a) O registo patrimonial de classificação;
- b) O registo patrimonial de inventário.

3 - A aplicação de medidas cautelares previstas na lei não depende de prévia classificação ou inventariação de um bem cultural.

Traçando a ponte entre este capítulo em torno do conceito de património e o próximo, cujo conteúdo estará mais centrado no contexto escolar, valemo-nos de uma citação de Bárbara Cascaes num dos artigos por si escritos sobre o assunto:

É necessário preservar o património cultural de um povo, e para isto, é necessário principalmente, o conhecimento, com uma educação voltada à compreensão e valorização da diversidade. É a Educação Patrimonial que serve de instrumento para a promoção do conhecimento e reconhecimento do património cultural pela comunidade, estando aí uma relação intrínseca quando se fala em preservação e educação.

Ainda sobre esta questão da preservação do património, ao consultarmos o currículo nacional para o EB, a parte das competências essenciais consideradas pelo ministério da educação na disciplina de estudo do meio, mais precisamente as que os alunos deverão possuir no final do primeiro CEB, pode-se ler na página 10:

Reconhece e valoriza as características do seu grupo de pertença (normas de convivência, relação entre membros, costumes, valores, língua, credo, religião, ...) e respeita e valoriza outros povos e outras culturas, repudiando qualquer tipo de discriminação.

Conservar o património arquitetónico (isto é, as estruturas e os materiais cada vez mais frágeis) e o património natural (isto é, vastos ecossistemas cuja integridade e equilíbrio são constantemente ameaçados) é apelar às disciplinas que vão desde as ciências de engenharia à microbiologia, englobando não só a arqueologia, a história da arte, a arquitetura e as mais delicadas técnicas de restauro, a botânica, a zoologia, a gestão florestal, mas também a economia, o urbanismo, as ciências jurídicas e administrativas.

1.4 A GLOBALIZAÇÃO DO PATRIMONIO

Num conceito mais alargado do significado de globalização, pode-se ler na Grande Enciclopédia (2004, vol. 10, pág. 6276):

(...) 2. Movimento internacional, muito dinâmico, que afeta todos os países do mundo e que se caracteriza por uma crescente liberalização do comércio e dos fluxos de capital e por uma crescente integração a nível mundial dos mercados económicos: trabalho, produção de todos os tipos de bens, tecnologia e capitais.

Acerca desta temática da globalização, Rodrigo Filho (s/d), na época da redação de um artigo, considerava que (pág. 1):

A globalização tem demonstrado constituir-se uma nova e surpreendente ameaça, ao exacerbar a desigualdade económica e a exclusão social entre as nações e no interior das mesmas. (...) Tal homogeneização cultural põe em risco a identidade e o património cultural locais, regionais, nacionais, superpondo-lhes uma cultura mundial. Mas, surpreendentemente, também provoca a ressurgência de identidades nacionalistas, religiosas e outras. Os movimentos contrários à idéia da universalidade do desenvolvimento capitalista, ampliam-se a cada reunião de cúpula dos países centrais, evidenciando a insustentabilidade do modelo e conclamando para urgente mudança de paradigma.

Ainda no mesmo artigo, um pouco mais à frente o autor refere ao propósito deste paradigma (pág:5):

A noção de património evoca significados distintos relacionados à herança, ao legado e conseqüentemente à posse, pessoal ou coletiva, mas também ao sentimento de pertencer, de pertencimento. Conceito fragmentado e polivalente, é comumente associado às posses individuais, mas também à responsabilidade em relação às gerações futuras.

Neste contexto mundial em tão rápida mutação, em que até o cidadão comum se apercebe da progressiva imposição de uma cultura uniformizada, destruidora de formas, sistemas e valores, gerando um panorama de crise de identidade, vem tornar-se bastante pertinente, senão mesmo urgente, a intervenção política na discussão pública do conceito de proteção do património, nas suas variadíssimas categorias.

Na sua dissertação, Ana Ramos (2009, pág. 45) a este propósito refere que:

A participação e identificação da população na salvaguarda do património cultural validam a pertinência do envolvimento social dos cidadãos na sua preservação através da participação ativa junto das políticas públicas e da

instrumentalização urbanística. A implementação de medidas pedagógicas junto da sociedade é, por isso, o garante da salvaguarda da herança cultural.

É nosso entender que esta dicotomia globalização *versus* património gera a ideia de que tudo é pertença de todos, porém, esta pertença conduz a uma maior responsabilização da sua preservação nos locais e contextos próprios.

Ao invés de se pensar que esta globalização nos vai tornar a todos iguais em hábitos, costumes, valores e heranças culturais, pode-se abordar a questão noutra perspetiva, que será sem sombra de dúvida mais construtiva e garante da proteção dos que nos foi legado, que será a que nos torne a todos mais conhecedores das diversas categorias que o conceito de património abarca e por conseguinte mais conhecedores do património mundial, o que por sua vez nos vai tornar mais preocupados com a sua proteção e respetiva valorização. Porém convém não esquecer que serão os habitantes, em primeira instância, aqueles que devem garantir a continuidade das especificidades locais, Ana Ramos (2009, pág. 45):

Neste contexto e considerando que os sentimentos de identidade cultural e de pertença a um passado comum se desenvolvem, principalmente, na infância e na juventude, e que é a partir da educação e sensibilização dos mais jovens que se pode gerar uma sociedade mais solidária na defesa dos vestígios materiais, a educação patrimonial assume um papel essencial na sociedade.

Seguindo esta linha de pensamento e não querendo enveredar por uma linha de pensamento opositora ao desenvolvimento do que são as sociedades atuais, mas não descurando o risco que a globalização trás da massificação de hábitos e costumes a todos os níveis, julgamos que cabe à educação não formal e formal tirar proveito desta globalização promovendo o conhecimento, a valorização, a proteção e divulgação do património de cada localidade apostando na valorização do que nos distingue e não numa frenética aceitação e mesmo resignação do paradigma de que é inevitável o esquecimento do património cultural de cada localidade para que se consiga atingir o tão ambicionado desenvolvimento tecnológico.

Nesse sentido a própria política educativa tem de ser mais ambiciosa e clara no que concerne a objetivos a alcançar em matéria de conhecimento, valorização, proteção

e divulgação do património de cada comunidade. Disto depende a sobrevivência da identidade das nações, numa perspetiva macro, e dos lugarejos, numa perspetiva micro.

CAPITULO II – ABORDAGEM AO CONCEITO DE PATRIMÓNIO EM CONTEXTO ESCOLAR

*“A investigação da história local é, no entanto, gratificante para professores e alunos.”
António Manique*

Segundo as orientações do Ministério da Educação entende-se por currículo nacional do ensino básico o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo desse nível de ensino, de acordo com os objetivos consagrados na Lei de Bases dos Sistema Educativo, tendo como referências os desenhos curriculares para cada um dos níveis de ensino.

Acerca desta dicotomia educação e património, Bárbara Cascaes (s/d, p.), afirma num artigo intitulado “Educação patrimonial nas escolas: um processo de construção de cidadania”:

Levar a educação patrimonial para além dos centros históricos das cidades patrimônios culturais, é o que pensamos aqui como metodologia que busca uma valorização da diversidade cultural, busca pela cidadania e resgate de autoestima de comunidades que têm um rico património cultural, mas que não têm uma consciência crítica de valorização, conhecimento e reconhecimento deste património. (...) a Educação Patrimonial não se limita à uma disciplina, uma nova matéria a ser inserida nos currículos escolares.

2.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Primeiro Ciclo do Ensino Básico (1ºCEB) português apresenta segundo a legislação em vigor desde fevereiro de 2011 (Decreto-Lei nº18/2011 de 2 de fevereiro) um desenho curricular específico

Desse modo o desenho curricular para o 1ºCEB possui uma carga horária obrigatória de vinte e cinco horas semanais, podendo chegar às vinte seis horas no caso de a escola oferecer em regime de frequência facultativa a Educação Moral e Religiosa.

O desenho curricular encontra-se organizado em Áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória, que devem integrar uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias de informação e Comunicação (TIC) e as Áreas curriculares não disciplinares que devem ser desenvolvidas em articulação com as áreas disciplinares e constar explicitamente do projeto curricular de turma (PCT). Nesta nova legislação o Estudo Acompanhado é frequentado pelos alunos que o professor titular de turma indicar por revelarem efetivas necessidades de apoio, ou seja, passa a ser orientado para a melhoria dos resultados escolares nas disciplinas em que estes tenham maior dificuldades e visa prioritariamente o reforço de apoio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. No desenvolvimento do seu projeto educativo a escola deve proporcionar aos alunos atividades de enriquecimento curricular, de frequência facultativa e de natureza eminentemente lúdica e cultural.

Das Áreas Curriculares Disciplinares fazem parte as disciplinas de: Língua Portuguesa, Matemática, Estudo do Meio e Expressões: artísticas e físico-motoras. Por outro lado entende-se por Áreas Curriculares não Disciplinares o Estudo Acompanhado e a Formação Cívica.

A definição das cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo passam a ser da competência das escolas, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projeto curricular.

2.2 O PROGRAMA DO 1º CEB NA ÁREA DISCIPLINAR DE ESTUDO DO MEIO

Ao efetuar-se uma análise do programa do 1º CEB na disciplina de Estudo do Meio fica claro o lugar de destaque que é dado às experiências e saberes que as crianças

foram acumulando ao longo da sua vida, no contacto com o meio que as rodeia, sobre este assunto António Manique (1994, pág. 57) escreveu

Não é o património que tem de vir à escola mas, ao contrário, é a escola que deve ir ao encontro do património, torná-lo objeto específico de estudo, estabelecer diálogo entre a comunidade escolar e o meio envolvente, valorizar as realidades patrimoniais no contexto ambiental em que se inserem.

O Estudo do Meio surge no programa como uma disciplina onde convergem conceitos e métodos de várias disciplinas científicas como a História, a Geografia, as Ciências da Natureza, a Etnografia, entre outras.

O Programa do 1ºCEB na disciplina de Estudo do meio encontra-se organizado por blocos e estes em objetivos.

Numa defesa clara de que o papel do professor deverá ser o de ajudar os alunos a aprender a organizar a informação e a estruturá-la para que esta se constitua em conhecimento, emergem como objetivos gerais: 1 - estruturar o conhecimento de si próprio, desenvolvendo atitudes de autoestima e de autoconfiança e valorizando a sua identidade e raízes, 2 - Identificar elementos básicos do Meio Físico envolvente (relevo, rios, fauna, flora, tempo atmosférico... etc.), 3 - Identificar os principais elementos do Meio Social envolvente (família, escola, comunidade e suas formas de organização e atividades humanas) comparando e relacionando as suas principais características, 4 - Identificar problemas concretos relativos ao seu meio e colaborar em ações ligadas à melhoria do seu quadro de vida, 5 - Desenvolver e estruturar noções de espaço e de tempo e identificar alguns elementos relativos à História e à Geografia de Portugal, 6 - Utilizar alguns processos simples de conhecimento da realidade envolvente (observar, descrever, formular questões e problemas, avançar possíveis respostas, ensaiar, verificar), assumindo uma atitude de permanente pesquisa e experimentação, 7 - Selecionar diferentes fontes de informação (orais, escritas, observação...etc.) e utilizar diversas formas de recolha e de tratamento de dados simples (entrevistas, inquéritos, cartazes, gráficos, tabelas), 8 - Utilizar diferentes modalidades para comunicar a informação recolhida, 9 - Desenvolver hábitos de higiene pessoal e de vida saudável utilizando regras básicas de segurança e assumindo uma atitude atenta em relação ao consumo, 10 - Reconhecer e valorizar o seu património histórico e cultural e

desenvolver o respeito por outros povos e culturas, rejeitando qualquer tipo de discriminação.

A nomenclatura dos blocos é a seguinte: bloco 1 – À descoberta de si mesmo, bloco 2 – À descoberta dos outros e das instituições, bloco 3 – À descoberta do ambiente natural, bloco 4 – À descoberta das inter-relações entre espaços, bloco 5 – À descoberta dos materiais e objetos e bloco 6 – À descoberta das inter-relações entre a natureza e a sociedade.

No final do 1º CEB o aluno deve possuir as seguintes competências relacionadas com o património:

- Reconhecer e valoriza as características do seu grupo de pertença (normas de convivência, relações entre membros, costumes, valores, língua, credo e religião...) e respeita e valoriza outros povos e outras culturas, repudiando qualquer tipo de discriminação;
- Utilizar formas variadas de comunicação escrita, oral e gráfica e aplica técnicas básicas de pesquisa, organização e tratamento de dados;
- Reconhecer as mudanças e transformações no homem e na sociedade e através desse conhecimento interpreta e compreende diferentes momentos históricos;
- Analisar criticamente algumas manifestações de intervenção humana no Meio e adotar um comportamento de defesa do património cultural próximo e de recuperação do equilíbrio ecológico.

2.2.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS METAS DE APRENDIZAGEM PARA O 1º CEB ASSOCIADAS AO CONCEITO DE PATRIMÓNIO

No sentido de traduzir a área de Estudo do Meio em Metas de Aprendizagem esperadas dos alunos no final do 1.º ciclo, procedeu-se a uma integração destas três disciplinas do conhecimento, dando-lhes um sentido curricular convergente, e organizando-as em três domínios integradores, que correspondem ao que estabelece o

Currículo Nacional e que dá sentido articulado aos Blocos que estruturam o Programa de Estudo do Meio:

- Localização no espaço e no tempo;
- Conhecimento do ambiente natural e social;
- Dinamismo das inter-relações natural-social.

No interior destes domínios estabeleceram-se diversos subdomínios que integram as dimensões organizativas das várias áreas disciplinares envolvidas, que têm continuidade nos ciclos subsequentes.

A definição das Metas teve em consideração o conhecimento substantivo, o conhecimento epistemológico incluindo o processual ou metodológico e capacidades de raciocínio e de comunicação, elementos curriculares previstos como devendo ser desenvolvidos ao longo do ensino básico, à semelhança do que ocorre na grande maioria dos currículos de outros países para este nível.

Para o Ministério da Educação, o projeto Metas de Aprendizagem insere-se na Estratégia Global de Desenvolvimento do Currículo Nacional que visa assegurar uma educação de qualidade e melhores resultados escolares nos diferentes níveis educativos. Concretiza-se no estabelecimento de parâmetros que definem de forma precisa e escalonada as metas de aprendizagem para cada ciclo, o seu desenvolvimento e progressão por ano de escolaridade, para cada área de conteúdo, disciplina e área disciplinar.

As Metas de Aprendizagem surgem como instrumentos de apoio à gestão do currículo, disponibilizadas para serem utilizadas pelos professores no seu trabalho quotidiano e no quadro das decisões de cada unidade orgânica. Não sendo documentos normativos de natureza programática, pretende-se que o seu uso efetivo decorra do reconhecimento da sua utilidade prática por parte dos professores, dos alunos, e das famílias.

As metas (32) encontram-se organizadas em domínios, estes em subdomínios e por último em meta final para o 2º ano e 4º ano de escolaridade.

Tendo em conta o tema em estudo desta dissertação somente nos debruçámos na análise daquelas que se relacionam com o conceito de património: Localização no Espaço e no Tempo e Conhecimento do Meio Natural e Social.

2.2.1.1 LOCALIZAÇÃO NO ESPAÇO E NO TEMPO

Para o domínio Localização no Espaço e no Tempo é proposto o subdomínio: Localização / Compreensão Espacial e Temporal.

Neste subdomínio é pretendido que no final do 1º CEB o aluno tenha construído linhas de tempo de vários tipos (circulares, lineares: verticais ou horizontais, em espiral, em zig-zag...relacionadas com rotinas e datas significativas para a história pessoal, local e nacional, bem como, seja capaz de identificar mudanças e permanências ao longo do tempo pessoal, local e nacional, reconhecendo diferentes ritmos (mudança gradual ou de rutura) e direções (progresso, ciclo, permanência, simultaneidade). Nomeadamente reconhecer: mudanças nas culturas e tradições ao longo dos tempos, ao nível da comunidade local e nas comunidades de origem, diferenças e semelhanças entre o passado e o presente quanto a recursos materiais, tecnológicos, económicos e sociais.

2.2.1.2 CONHECIMENTO DO MEIO NATURAL E SOCIAL

O domínio Conhecimento do Meio Natural e Social está organizado nos subdomínios: Conhecimento dos Lugares e das Regiões, Utilização de Fontes de Informação, Compreensão Histórica Contextualizada e Comunicação de Conhecimento sobre o Meio Natural e Social.

No subdomínio: Conhecimento dos Lugares e das Regiões pretende-se que o aluno seja capaz de descrever e comparar elementos físicos e humanos de lugares e regiões, utilizando para tal vocabulário adequado (comparar formas de relevo, os rios e

o povoamento da região onde vive com os de outras regiões do país); caracterizar elementos naturais e humanos de lugares e regiões através de recolha e mobilização adequada de informação (mobilizar informação sobre fenómenos geográficos na descrição de lugares e regiões); interpretar a realidade natural, humana e social, a partir de questões geográficas, históricas e sociais, sobre a realidade observada (selecionar informação sobre problemas ambientais e sociais, formular questões de natureza geográfica, histórica e social que sustentem a procura de explicações fundamentadas para as questões suscitadas).

No subdomínio: Utilização de Fontes de Informação o aluno deverá interpretar fontes diversas e, com base nestas e em conhecimentos prévios, produzir informação e inferências válidas e pertinentes sobre o passado pessoal e familiar, local, nacional e europeu (construir conhecimento sobre o passado familiar, local, regional e nacional no contexto europeu, pesquisando e selecionando fontes); analisar diferentes fontes de conhecimento histórico com linguagens diversas e com estatutos diferentes.

No subdomínio: Compreensão Histórica Contextualizada o aluno deverá sistematizar conhecimentos de si próprio, da sua família, comunidade, história local, nacional e europeia relativamente ao passado próximo e ao passado mais longínquo (estabelecer relações de parentesco, construir árvores genealógicas tendo em conta diversas modalidades de famílias na sociedade atual); reconhecer e respeitar identidades sociais e culturais à luz do passado próximo e longínquo, tendo em conta o contributo dos diversos patrimónios e culturas para a vida social, presente e futura (identificar a existência de diferentes povos e culturas, descrever ações de diversos intervenientes na história nacional, valorizar o património histórico – local, nacional, europeu, mundial – analisando vestígios materiais do passado, costumes, tradições, símbolos e efemérides e relacionar o presente com o passado histórico nacional e projetar algumas possibilidades futuras a nível pessoal e coletivo).

Nos subdomínios: Comunicação de Conhecimento sobre o Meio Natural e Social aspira-se que o aluno utilize adequadamente diversas formas de comunicação e expressão relacionadas com o meio natural e social, no presente e no passado (expressar os seus conhecimentos e pontos de vista sobre o presente e o passado, participar em debates e diálogos, identificar e comunicar conhecimentos, conceções e sentimentos

relacionados com culturas de lugares e tempos atuais e distantes, e com fenómenos naturais da atualidade ou do passado).

Concluída está apresentação e análise acerca das metas que o Ministério da Educação propõe como sendo as desejáveis que o aluno tenha alcançado no que respeita ao tema tratado nesta dissertação apraz-se tecer algumas reflexões acerca das mesmas.

Em primeiro lugar de considerar a coerência entre as mesmas e o currículo nacional definido para a área disciplinar de estudo do meio. Poder-se-á mesmo considerar que este documento das metas, recentemente divulgado no sítio da direção geral de inovação e desenvolvimento curricular, vem enriquecer o próprio currículo e tornar mais claro e específico o que é pretendido que o aluno seja capaz de realizar (competências) no final do ensino básico. De lamentar que o ministério não tenha optado pela mesma estratégia de divulgação, destas metas, utilizada para as metas das áreas disciplinares de língua portuguesa e de matemática. Fica a sensação de a área disciplinar de estudo meio ser considerada como sendo de menor importância.

Outro aspeto considerado de positivo é o facto de a sua consulta disponibilizar ao professor um leque variado de atividades a desenvolver para que as metas sejam alcançadas, porém não as tornando uma regra a cumprir “cegamente”, pelo contrário é sempre deixado a hipótese de enriquecimento ou mesmo aprofundamento da meta que se pretende alcançar.

Todavia ao apresentarem um formato tão generalista corre-se o risco de quem as consulta e tome por conseguinte uma planificação a cumprir que muitos dos objetivos apenas sejam abordados muito superficialmente. Isto é, o que para uns poderá ser um ponto de partida, para outros poderá ser entendido como sendo exclusivamente o que deverá ser exigido ao aluno.

Após uma leitura mais sensível ao que importante analisar no âmbito desta dissertação, nomeadamente a preocupação por abordar o conceito de património e sua proteção considera-se que as metas são pouco claras e ambiciosas uma vez que não está verdadeiramente expresso que trabalho desenvolver com o aluno no que concerne ao conceito de património e, considerando-se uma lacuna ainda maior, que trabalho desenvolver no sentido da sua valorização e proteção. Salvaguarda feita para a meta de

identificação do património dado que esta surge bem clara e desenvolvida desde o património familiar ao mundial, num sentido do conceito bastante abrangente.

2.2.2 EXEMPLOS DE ESTRATÉGIAS

No documento das metas de aprendizagem definidas para a área disciplinar de estudo do meio para 1CEB o ministério disponibilizou no sítio da direção geral de inovação e desenvolvimento curricular alguns exemplos de estratégias, que nosso entender pretendem ser um ponto de partida, um modelo, uma linha orientadora do que o professor poderá realizar na planificação das suas atividades.

Neste ponto da dissertação ir-se-á apresentar um dos vários exemplos de estratégias propostos. A escolha da estratégia baseou-se no simples facto de selecionar de entre as existentes uma que estivesse relacionada com o tema desta dissertação.

Primeiramente será apresentada a estratégia (embora numa versão mais sucinta) disponibilizada aos docentes e só posteriormente far-se-á uma reflexão sobre o conteúdo da mesma.

Meta visada: ESM005

O aluno identifica mudanças e permanências ao longo do tempo pessoal, local e nacional, reconhecendo diferentes ritmos (mudança gradual ou de rutura) e direções (progresso, ciclo, permanência, simultaneidade).

Estratégia N.º 4 ex. estratégia

Objetivo(s) de Aprendizagem / Resultado(s) Esperado(s):

Compreensão temporal (cronologia e mudança):

O aluno: utiliza diferentes unidades de tempo: década e ano; identifica mudanças e permanências ao nível da vida quotidiana no passado e no presente (“o antes” e o “agora”) através dos objetos; identifica diferenças e semelhanças entre o passado e o presente quanto a recursos materiais, tecnológicos e sociais; sequencializa vários

objetos do museu da família estabelecendo relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade (antes de, depois de, ao mesmo tempo que).

Compreensão de informação / utilização de fontes:

O aluno distingue fontes com linguagens diversas (reconhece os objetos familiares como fontes históricas), constrói conhecimento sobre o passado e em particular do passado familiar a partir da exploração de objetos relacionados com a vida quotidiana da família; reconhece fontes com estatuto diferente (fontes privadas - objetos da família); realiza inferências válidas sobre o passado a partir da exploração de objetos antigos da família relacionados com a vida quotidiana.

Comunicação de conhecimentos sobre o meio Natural e Social:

O aluno usa a língua portuguesa para comunicar os seus conhecimentos sobre o meio, no presente e no passado, oralmente e por escrito, em suportes diversos, produzindo pequenos textos; expressa os seus conhecimentos e pontos de vista sobre o presente e o passado, através dos objetos da vida quotidiana no passado, participando em debates e diálogos organizados para esse fim; utiliza as TIC para comunicar por escrito (utilização do processador de Texto do Word).

Atividades e Tarefas

“Um museu na sala de aula com objetos da família”

Indicadores de Desempenho

- A. Compreensão temporal (cronologia e mudança)
- B. Compreensão de informação/utilização de fontes
- C. Comunicação
- D. Participação nas atividades

CrITÉrios de Qualidade de Desempenho

Tendo em conta a natureza da estratégia, sugerem-se os seguintes instrumentos de avaliação:

1. Grelha de observação do desempenho dos alunos, a preencher pelo professor ao longo da realização das tarefas.
2. Avaliação dos produtos realizados pelos alunos por indicadores de desempenho (escala qualitativa)

A estratégia aqui apresentada de forma bem resumida é um bom exemplo do que o Ministério disponibilizou em 2011 no site da DGIDC referente à área disciplinar de Estudo do Meio.

Apesar de estarem publicadas apenas algumas estratégias considera-se que elas estão tão bem delineadas que se tornarão facilmente uma boa base de trabalho quer na concretização dos objetivos nelas contidos, quer como recurso que poderá ser adaptado à concretização de outros objetivos.

Ao serem consultadas com a devida atenção facilmente se percebe a preocupação da equipa que as elaborou em situar a estratégia nos objetivos apresentados no currículo nacional, especificar bem os objetivos que a estratégias pretende trabalhar, as diversas atividades que se poderão realizar, o tempo necessário a cada uma das sessões, ao ponto mesmo de se sugerir tempo na sua realização, por último são sugeridos indicadores de desempenho e grelhas de observação do desempenho do aluno.

Em suma, considera-se que a apresentação destas estratégias traz muitas vantagens ao trabalho do docente quer sejam elas cumpridas na integra, quer sejam o ponto de partida de outras estratégias uma vez que se encontram perfeitamente enquadradas no programa da disciplina e contribuirão com certeza para o enriquecimento e diversificação das atividades propostas aos alunos.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo pretende-se clarificar os processos metodológicos utilizados, isto é, apresentar uma alusão ao plano de investigação, às opções metodológicas e ao significado e qualidade do estudo, bem como as estratégias de recolha e análise de informação.

3.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS E O ESTUDO DESCRITIVO

A metodologia adotada na pesquisa depende diretamente do objeto em estudo, da sua natureza, amplitude e dos objetivos do pesquisador. Em geral a intenção dos pesquisadores em ciências da educação não é só descrever, mas compreender os fenómenos e para tal torna-se necessário recolher dados que mostrem o fenómeno de forma inteligível.

O interesse humano pelo saber leva a investigar a realidade sob os mais diversos aspetos e dimensões, através de diferentes níveis de aprofundamento e enfoques específicos, conforme o objeto de estudo. Daí a existência de vários tipos de pesquisa, possuindo, cada uma delas, além dos fundamentos e procedimentos comuns, as suas próprias características.

A pesquisa descritiva: visa observar, registar analisar e correlacionar fenómenos ou fatos, sem interferir no ambiente analisado. Pode assumir várias formas: estudos exploratórios, estudos descritivos, estudos de caso e pesquisa de opinião.

Tal como já foi referenciado anteriormente nesta dissertação optou-se por realizar um estudo descritivo. Este tipo de estudo consiste na análise e descrição de características ou propriedades, ou ainda das relações entre estas propriedades em determinado fenómeno. Um estudo descritivo é aquele que ambiciona apenas estimar

parâmetros de uma população, nomeadamente proporções, médias, etc. Não necessita de elaboração de hipótese de estudo pois trata-se apenas de uma “fotografia” da situação.

Este estudo tem como função descrever as características de um grupo social.

O estudo descritivo desenvolvido neste trabalho assentou na recolha de dados numa base qualitativa e quantitativa. Quer os dados quantitativos como os qualitativos foram utilizados na análise e interpretação das respostas recolhidas.

Neste estudo optou-se por recorrer à entrega dos questionários por intermédio dos docentes titular de turma porque considerou-se ser esta a forma mais eficaz e célere de os fazer chegar aos alunos e proceder à sua recolha posterior.

Foi preocupação quer da autora do estudo, quer dos docentes que aplicaram o questionário garantir ter controlo sobre o que ia sendo respondido.

3.2 A RECOLHA DE DADOS

Neste estudo obtiveram-se resultados referentes ao local (ais) em que os alunos tinham anteriormente tomado conhecimento com o conceito património, sobre o que eles próprios consideram que é o património, quais os exemplos locais e não só que apontam.

Para que a entrega dos questionários fosse devidamente autorizada procedeu-se a um contacto formal por escrito com a Direção do Agrupamento Vertical de Escolas Nº1 de Portalegre. Posteriormente estabeleceu-se um contacto pessoal com as docentes titulares de turma frequentadas por alunos do 4º ano de escolaridade com o intuito de explicar o âmbito do estudo, sugestões para o preenchimento do questionário e aferir calendário de entrega e recolha dos mesmos. Apenas à posterior, e depois de ter informado devidamente a direção do Agrupamento da concordância das docentes em aplicarem os questionários aos seus discentes, é que se procedeu à sua entrega.

Os questionários foram entregues aos respetivos docentes, que por sua vez, em tempo letivo os distribuíram aos alunos, a quem lhe tinha sido explicado anteriormente

o seu intuito e conteúdo. Os alunos procederam ao seu preenchimento de forma autónoma.

Inicialmente procedeu-se à entrega de 9 questionários aos discentes da autora do estudo, que funcionou como grupo piloto, com o objetivo de apurar a adequação da linguagem à faixa etária e o tempo de realização do mesmo.

O procedimento revelou-se bastante frutuoso uma vez que permitiu a simplificação da questão 3.1. Escreve o que entendes por património? e permitiu confirmar que nas demais questões os alunos responderam de forma autónoma e dentro do tempo estipulado, 15 minutos.

3.3 A ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados abarca o trabalho com os dados, desde a parte mais orgânica de transcrição, contagens de dados dos questionários, até à divisão em unidades de análise, procura de padrões, descoberta de aspetos importantes, para que a compreensão sobre esses dados aumente. Passa ainda pela decisão do que será relevante para ser apresentado aos outros (Bogdam & Biklen, 1982).

Neste trabalho existiram dois momentos de análise distintos. O primeiro foi destinado a organizar as ideias, clarificar os objetivos e concretizar as questões do estudo. À medida que os dados iam sendo recolhidos, num segundo momento, procedeu-se à análise detalhada dos questionários, que permitiu categorizar as respostas por tipologias.

Relativamente à técnica de recolha de dados, foi utilizado como anteriormente se referiu, o inquérito por questionário escrito, com formulação de perguntas abertas e/ou fechadas.

As respostas aos questionários foram integradas em categorias previamente definidas, de acordo com o que se pretendia classificar, definiu-se uma estrutura de partida que se manteve nos itens principais.

Para finalizar, procurou-se compreender as perspetivas dos alunos, interpretando globalmente os dados dos questionários das turmas, ao mesmo tempo que realçava as particularidades existentes em cada uma das respostas, complementando e aprofundando esta análise com uma interpretação mais fiel possível aos resultados.

3.4 O ESTUDO DESCRITIVO

3.4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

O Agrupamento de Escolas nº1 de Portalegre, criado em 1996, com sede na Escola Básica 2/3 José Régio, é constituído por escolas do 1º ciclo do ensino básico com jardim de infância.

No ano de 2009, a adesão ao Programa de Território de Intervenção Prioritária (TEIP), teve em vista a melhoria da qualidade educativa, o sucesso educativo, a transição para a vida ativa e a integração comunitária.

O Agrupamento de Escolas Nº 1 de Portalegre compreende nove escolas, situadas em cinco freguesias do concelho de Portalegre, a saber, Alegrete, Reguengo, São Julião, Urra e Sé. Estas freguesias abrangem a parte Sul/Sudeste do concelho, numa proporção que se aproxima dos dois terços do mesmo. Em termos populacionais, e segundo os dados constantes nos Censos de 2001, estas cinco freguesias contam com 15315 habitantes representativos de 60% da população do concelho. As cinco freguesias são bastante distintas entre si. Enquanto quatro delas são predominantemente rurais, a quinta, a Freguesia da Sé, é essencialmente urbana, sendo, com 9987 habitantes, a mais populosa e densamente povoada. Assim, as atividades predominantes divergem de freguesia para freguesia, tal como o peso de cada uma para a estrutura do emprego e desemprego do concelho.

Número de alunos a frequentar o 4º ano de escolaridade em 2010 / 2011

E.B. de Assentos – 31

E.B. de Atalaião – 46
E.B. de Caia – 8
E.B. de Reguengo – 10
E.B. de Urre – 7
E.B. de Vale de Cavalos – 0
Total – 101

Agrupamento Nº 2 de Portalegre

O Agrupamento nº2 de Portalegre inclui várias escolas.

Número de alunos a frequentar o 4º ano de escolaridade em 2010 / 2011

E.B. 1 da Praceta – 46
E.B. da Corredoura – 48
E.B. de Alagoa – 4
E.B. de Monte Carvalho – 4
E.B. de Carreiras – 3
E. B. de Fortios – 25
Total – 130

No âmbito deste estudo, pode considerar-se que o conjunto dos alunos que frequentam os agrupamentos descritos, constituem a população alvo do estudo.

3.4.2 AMOSTRA

A amostra deste estudo são os cento e um alunos, distribuídos pelos cinco estabelecimentos de ensino, que se encontram a frequentar o 4º ano de escolaridade no Agrupamento nº1 de Portalegre no ano letivo 2010/2011.

3.4.3 OBJETIVOS DO QUESTIONÁRIO

Com este estudo pretende-se analisar o conhecimento que os alunos do 4º ano de escolaridade do agrupamento nº 1 de Portalegre possuem sobre o conceito de património.

O questionário entregue era composto por dois tipos de questões que remetiam para dois tipos de respostas: respostas fixas e pré-estabelecidas, com alternativas dicotómicas sim/não. Preferiu-se este tipo de questão uma vez que, entre outras características, apresenta as vantagens de, do ponto de vista do respondente, facilitar o preenchimento total do questionário. A segunda parte do questionário incluía perguntas de resposta aberta em que o inquirido pôde elaborar livremente a sua resposta. Este tipo de questão apresenta a vantagem de permitir maior liberdade de resposta. Contudo apresenta, a nosso entender a desvantagem de dificultar a classificação e codificação os dados.

Optou-se pelo questionário uma vez que após a análise dos instrumentos de recolha de informação este foi o que se mostrou mais: ajustado ao tipo de estudo que se pretendia realizar, pratica a sua aplicabilidade, simplificada a sua forma de chegar aos inquiridos sem interferir demasiado nas dinâmicas das turmas e respetivas titulares e porque permitia relativa autonomia da sua distribuição e recolha.

Os dados quantitativos permitiram realizar uma seriação quanto aos itens de local de residência, local da escola, idade, sexo e averiguação (afirmativa) quanto a uma abordagem ao conceito de património. Por seu lado os dados qualitativos destinavam-se a realizar um levantamento referente ao conhecimento semântico do conceito património e indicação de exemplos locais e não só.

Os objetivos deste estudo são identificar:

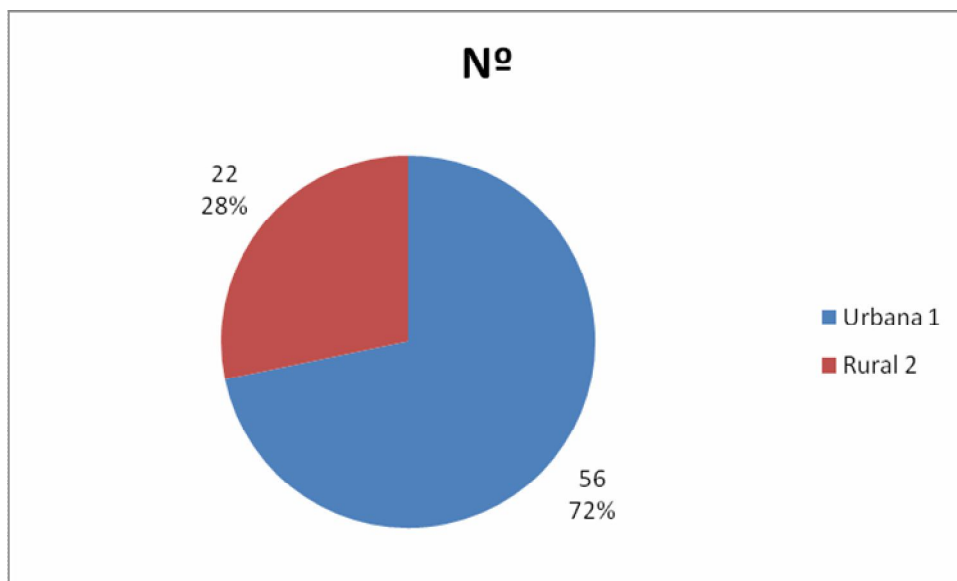
- i. O que entendem por património
- ii. Que exemplos generalistas apontam
- iii. Em que contexto (s) abordaram o conceito

- iv. Exemplos do meio local
- v. Exemplos de outras localidades

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE RESULTADOS

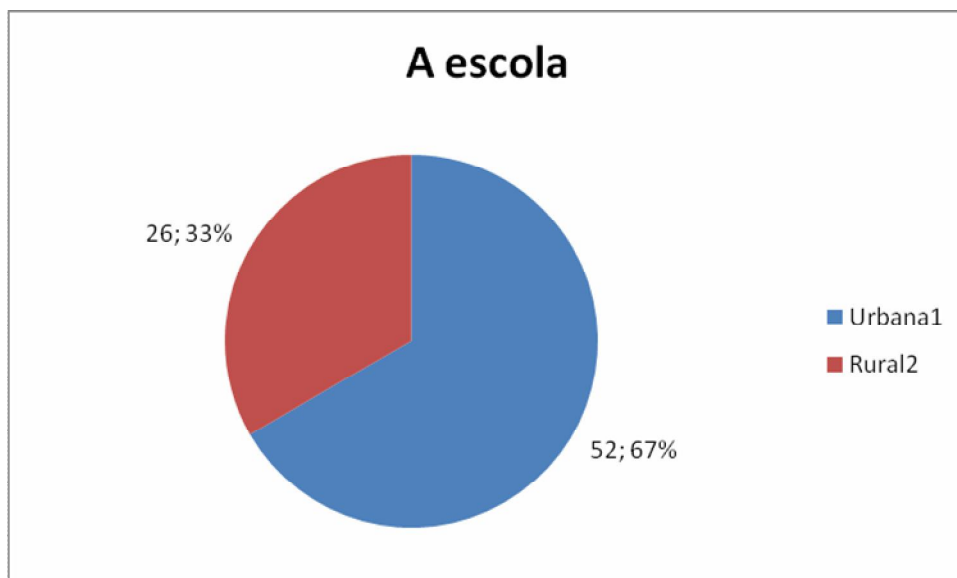
4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS RECOLHIDOS NO ESTUDO DESCRITIVO

Gráfico 1 – Local de residência



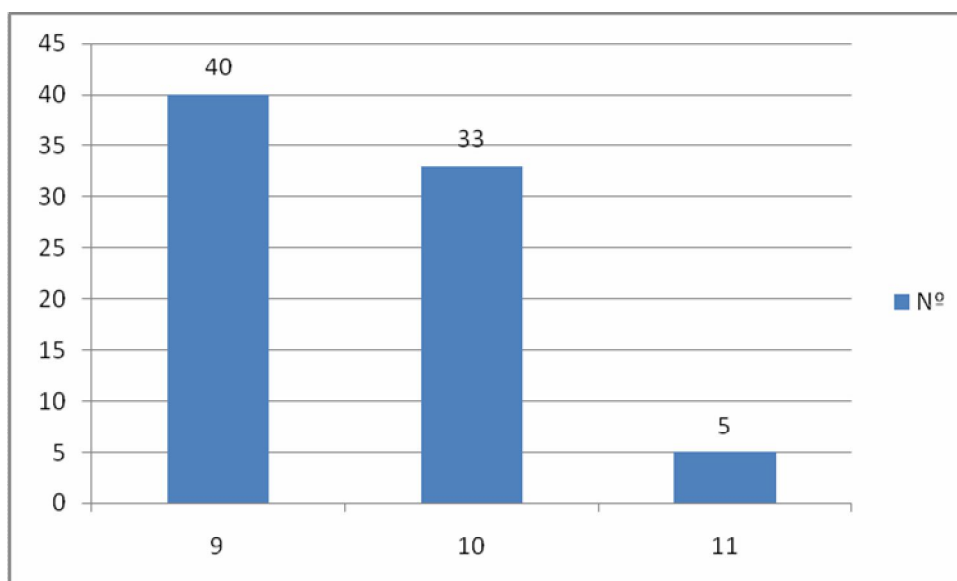
Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Gráfico 2 – Local da escola



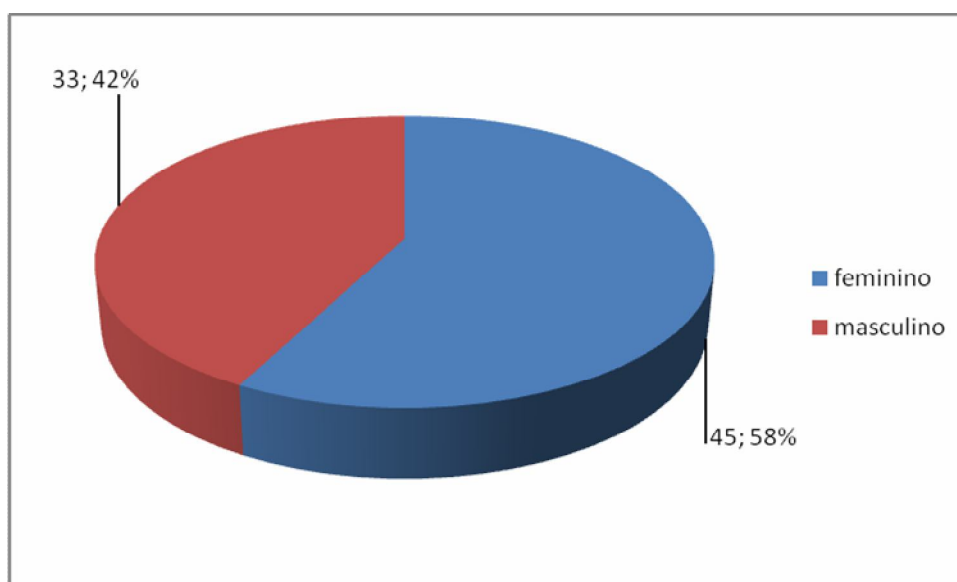
Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Gráfico 3 – Idade dos inquiridos



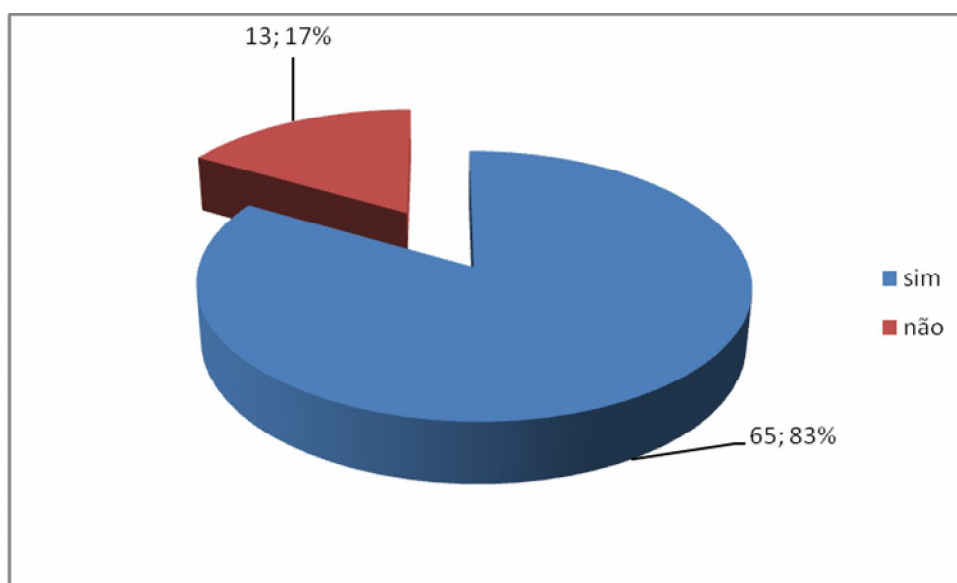
Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Gráfico 4 – Sexo dos inquiridos



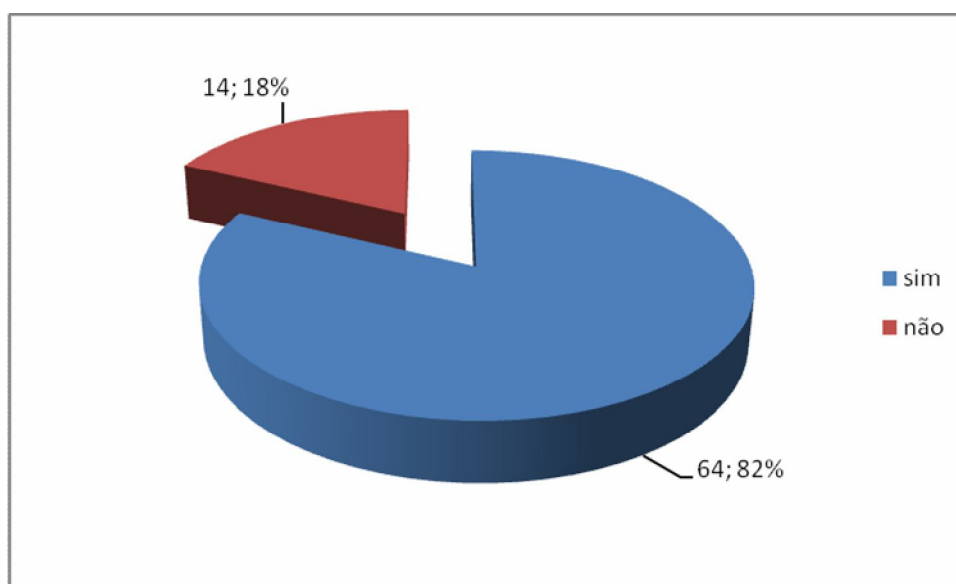
Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Gráfico 5 – Já ouviu falar em património?



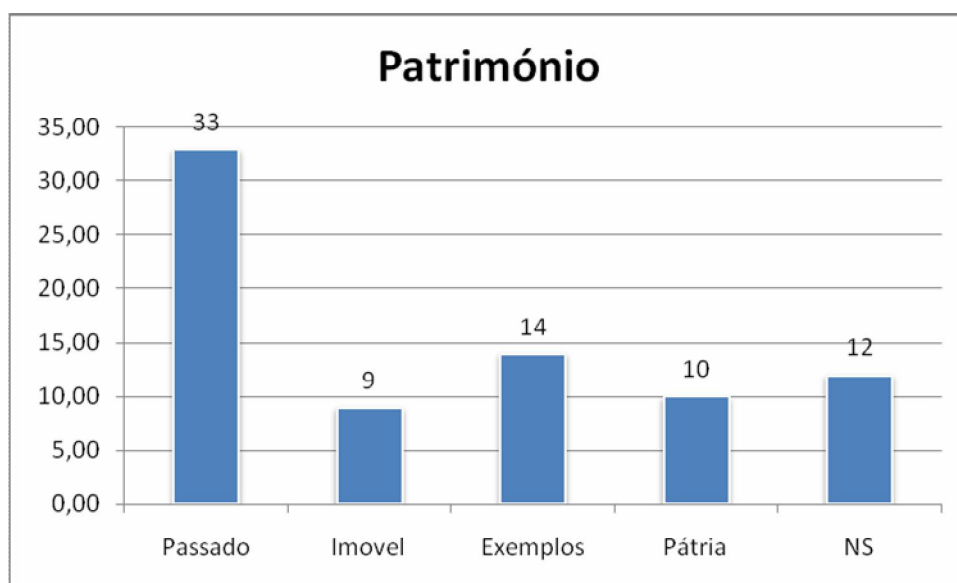
Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Gráfico 6 – Na escola já falou de património?



Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Gráfico 7 – Conceito de património



Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Categorização das respostas dadas em 3.1. “Escreve o que entendes por património”

Após uma análise das definições apresentadas considerou-se oportuno agrupá-las por semelhança no seu conteúdo. Nesse sentido foram constituídos cinco grupos de resposta: A – o conceito surge associado aos termos “antigas”, “passado” e “antepassado”, B – o conceito é definido recorrendo a exemplos de património imóvel, C – o conceito é definido recorrendo a exemplos de diversas tipologias, D – o conceito é apresentado como sendo uma palavra da família de Pátria e Família, E – o inquirido respondeu “não sei o que é”.

Considerou-se oportuno designar o grupo A de “Passado”, o grupo B de “Imóvel”, o grupo C de “Exemplos”, o grupo D de “Pátria” e E de “NS”.

Assim apresenta-se como exemplos do Grupo Passado definições como:

“são coisas antigas, museus antigos e outras coisas”,

“igrejas antigas, castelos e muitas coisas mais”,

“Coisas antigas. Que antigamente se usaram. Por exemplo: castelos, estátuas, casas...”.

“É as coisas mais antigas”e

“São coisas deixadas pelos nossos antepassados”.

No que concerne ao Grupo Imóvel surgem as seguintes definições:

“Castelos, monumentos, museus, casas.”,

“Castelos, estátuas, monumentos.”,

“Os patrimónios são todos os monumentos que conhecemos”.

É no Grupo Exemplos que as definições são mais variadas e juntas refletem a diversidade dos vários tipos de património, são exemplo disso:

“A gastronomia, a comida, monumentos, costumes, tradições, loiças e muito mais ...”,

“São as zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de um país que são valorizados pela sua importância cultural”,

“Eu entendo por património que são os monumentos, músicas... que fazem parte de Portugal, as ruas próprias (coisas) ”.

Para alguns inquiridos, Grupo Pátria o conceito património deriva de Pátria:

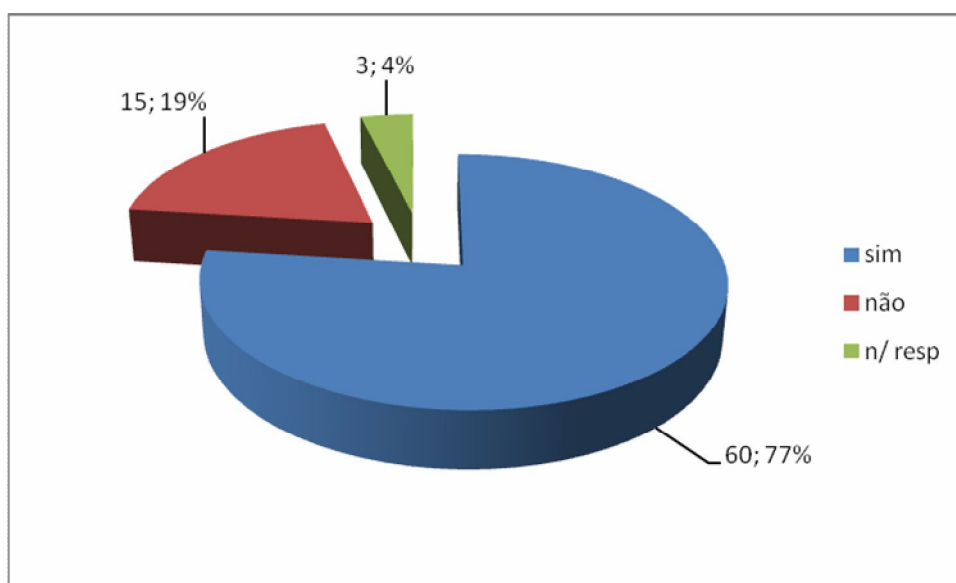
“É a palavra pátria que os portugueses criaram as tradições”,

“É da família pátria como a língua portuguesa”,

“Património vem da família de pátria”,

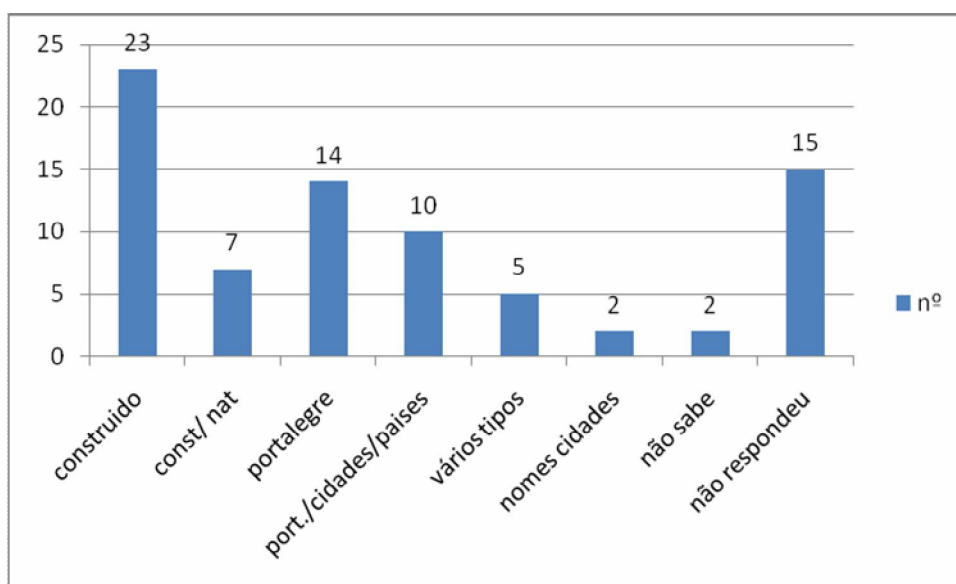
“Património é o que faz que o nosso país fique diferente dos outros países”.

Gráfico 8 – Conhece exemplos de património?



Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Gráfico 9 – Exemplos locais de património



Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Categorização das respostas dadas em 4.1. “Aponta exemplo de património local”.

Concluída a análise dos conteúdos apresentados para a questão 4.1. considerou-se adequado organizá-lo por oito categorias de resposta tendo como estratégia as suas semelhanças desse modo:

A – o exemplo surge associado ao património construído independentemente não tendo em conta o local:

“castelos, estatuas, ruas antigas, ruas romanas antigas e museus”,

“casas”, “pode ser igrejas, castelos...”,

“instituições, fontes, hotéis, igrejas, conventos, ...”.

B – o exemplo surge associado ao património construído e natural:

“são castelos, ribeiras, casas, estátuas e mosteiros”,

“Ilha Terceira, monumentos e estátuas”.

C – o exemplo surge associado ao património existente no distrito de Portalegre:

“Igrejas, Fonte da Boneca, fonte...”,

“Igreja da Sé, Museu José Régio, Convento de Santa Clara, castelos...”,

“Castelo de Portalegre, castelo de Marvão, museu da tapeçaria, fábrica Robinson”,

“Sé Catedral, Palácio Amarelo, ...”.

D – o exemplo surge associado a Portalegre, outras cidades e países:

“Igreja do Calvário, Palácio de Belém, Serra de S. Mamede, Convento de Mafra, Sé Catedral de Lisboa”,

“Igreja do Calvário, convento de santa clara, casa museu, ponte 25 de Abril, serra de s. Mamede, torre Eiffel, estátua da liberdade”.

E – o exemplo surge associado a vários tipos de património não tendo em conta o local:

“Monumentos, artesanato, cultural, ...”,

“Monumentos, cultura, antepassados”,

“Monumentos, artesanato, tapeçarias, instituições”,

“Os castelos, livros, estátuas, vários museus que visitámos, pesquisas...”.

F – o exemplo surge associado a nomes de cidades:

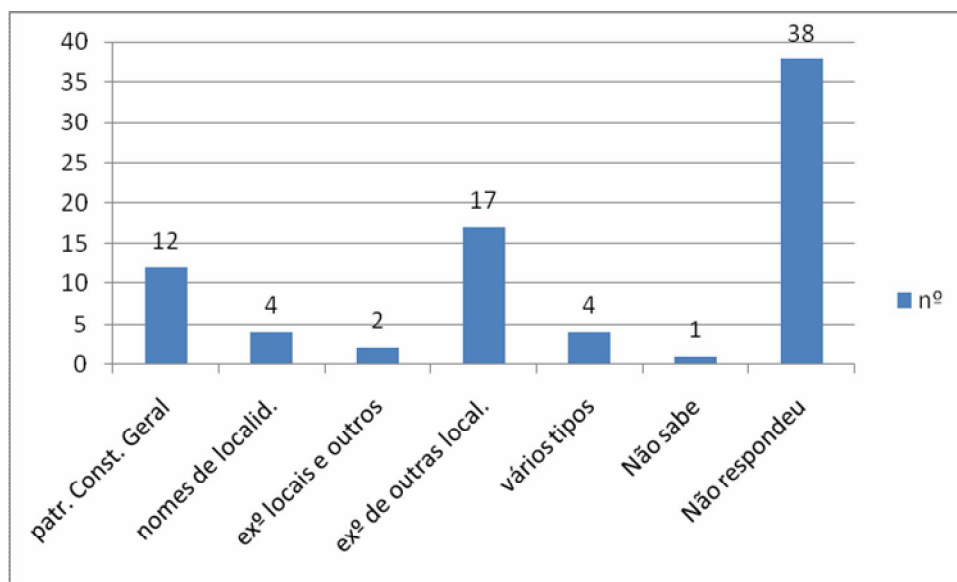
“Portalegre, Lisboa, etc”

G – o inquirido respondeu que não sabe, H – o inquirido não respondeu.

Para uma leitura mais clara do gráfico optou-se por atribuir a seguinte nomenclatura aos grupos: A – construído, B – património construído / natural, C – Portalegre, D – Portalegre / cidades / países, E – vários tipos, F – nomes de cidades, G – não sabe, H – não respondeu.

É no grupo D – Portalegre que os exemplos apresentados estão relacionados com a questão apresentada.

Gráfico 10 – Exemplos de património existente noutras localidades



Fonte: questionário aplicado aos alunos do 4º ano. Abril/2011

Categorização das respostas dadas em 4.2. “Aponta exemplo de património de outras localidades”.

Realizado um registo escrito das respostas apresentadas pelos inquiridos houve a necessidade de as agrupar segundo semelhanças no seu conteúdo. Concluída essa tarefa as respostas foram organizadas em sete grupos:

A – são apresentados exemplos de património construído em geral não tendo que a questão se reportava a exemplos de património fora de Portalegre:

“Monumentos e igreja”, “Igrejas, conventos, basílicas.”,

“Igrejas, monumentos históricos, estatuas”,

“Monumentos, a cultura, igrejas, museus”.

B – são enumerados nomes de localidades:

“ Castelo de Vide, Marvão, Lisboa, Porto, Castelo Branco e Vila Viçosa”,

“França, Espanha, Luxemburgo, etc.”,

“Lisboa, Marvão e Évora”.

C – são apresentados exemplos de património existentes em Portalegre e em outros locais:

“Igreja de Nossa Senhora da Penha, Senhor dos Aflitos, castelo de: Marvão e Castelo Branco”,

“Instituições, museu José Régio, Igreja de S. Lourenço e castelo de D. Afonso Henriques”.

D – são apresentados exemplos de património existentes noutras localidades:

“Castelo de Marvão, Templo de Diana, Cristo Rei, Palácio de Vila Viçosa, Torre de Belém, ponte 25 de Abril, ponte Vasco da Gama”,

“Sé de Braga, Palácio da Pena”, “Mosteiro dos Jerónimos”.

E – são enumerados alguns exemplos de várias categorias e/ou exemplos de património:

“ Receitas, cozinheiras”,

“Monumentos, artesanato, cultura, igrejas, museus”,

“ Igrejas, estátuas, monumentos, artesanato, instituições e cultura”.

F – não sabe.

G – não respondeu.

É no grupo D – Portalegre que os exemplos apresentados estão relacionados com a questão apresentada.

4.2 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

“ (...) Em todos os indicadores considerados em análise, os jovens portugueses revelam uma consciência histórica da necessidade de preservação do património histórico acima da média europeia. São, por outro lado, os que mais seriam levados a salvaguardar uma casa rústica, em boas condições, com cerca de 300 anos.”
Pais (1999, pág. 130)

O presente estudo permitiu-nos obter alguns indicadores que nos permitem caracterizar a amostra quanto ao local de residência, local da escola que frequentam, idade e sexo dos inquiridos, acerca de se os alunos já ouviram falar do conceito de património, se sim em que dos contextos os alunos já ouviram falar de património, como definem património, quais os exemplos locais e não locais que apontam.

Dos cento e um questionários distribuídos foram recolhidos setenta e oito o que quer dizer que se teve uma remota de 77% dos questionário distribuídos.

No que concerne questão 1.1, resido em – pode-se apontar que dos 72% dos alunos reside numa das freguesias urbanas de Portalegre e os restantes 28% reside numa freguesia rural da mesma cidade.

Na questão 1.2, frequento a escola em – os dados indicam que 67% dos alunos frequentam as escolas urbanas do concelho de Portalegre e que apenas 33% frequentam as escolas rurais.

Comparando os dados recolhidos na primeira questão com os da segunda questão pode-se afirmar que 5% dos alunos que residem numa das freguesias rurais de Portalegre frequentam a escola na sede de concelho.

Na questão 1.3, Tenho... anos de idade – os dados recolhidos apontam que 51% dos alunos do 4º ano têm 9 anos, 42% têm 10 anos e apenas 7% têm 11 anos. Daí que se possa concluir que a idade média dos alunos do 4º ano de escolaridade de Portalegre é de 9 anos.

Na questão 1.4, Sou do sexo... – os dados indicam que 58% dos alunos matriculados no 4º ano de escolaridade são do sexo feminino.

Na questão 2, já ouviste falar em património? – os dados recolhidos aludem que das setenta e oito respostas dadas, sessenta e cinco (83%) diz que já ouviu falar de património.

Na questão 3, Na tua sala de aula já falaste de património? – os dados indicam que 82% dos alunos do 4º ano de escolaridade do concelho de Portalegre já falou de património em contexto educativo.

Dada a aproximação dos valores recolhidos nas questões 2 e 3 poder-se-á afirmar que foi em contexto educativo que os alunos mais ouviram falar em património.

Na questão 3.1, Escreve o que entendes por património, - os 42,3% dos alunos consideram que património são os edifícios ou outras construções antigas e coisas deixadas pelos antepassados como sendo: casas, museus, igrejas, castelos, monumentos, estátuas, ruas, fontes, coisas deixadas pelos antepassados, língua portuguesa, gastronomia e tradições. Por seu lado 19,9% define património recorrendo a exemplos tais como:

“A gastronomia, a comida, monumentos, costumes, tradições, loiças e muito mais ...”,

“São as zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de um país que são valorizados pela sua importância cultural”,

“Eu entendo por património que são os monumentos, músicas... que fazem parte de Portugal, as ruas próprias (coisas) ”.

Com um número de respostas muito próxima surgem definições em que associam o conceito património ao de pátria 12,8% e ao de bens imóveis 11,5%. No primeiro caso surgem definições como:

“é da família de pátria como língua portuguesa”,

“património vem da família de pátria”.

No segundo caso a definição de património é expressa da seguinte forma:

“Os patrimónios são todos os monumentos que conhecemos”.

De considerar que um número significativo de alunos 15,4% responde que não sabe definir o conceito património.

Tendo como base de reflexão o cruzamento entre o que foi apresentado na revisão bibliográfica e a recolha de dados pode-se afirmar que os alunos do 4º ano do concelho de Portalegre apresentaram uma definição muito próxima daquela que é atualmente considerada a mais completa. Sintetizando, as definições mais frequentes são aquelas que associam o conceito de património a uma herança deixada pelos nossos antepassados e que essa herança pode ser de várias naturezas.

Na questão 4, Conheces exemplos de património? - 77% responde que sim, 19% afirma que não e 4% não respondeu.

Na questão 4.1., Se respondeste afirmativamente aponta exemplos locais: - o primeiro dado que merece destaque aqui nesta análise foi a elevada percentagem de alunos que não respondeu ou que afirmar não saber, 21,8%, porém esta constatação vem no seguimento dos dados obtidos na questão anterior. Após ter-se realizado a respetiva categorização das respostas 29,5% dos alunos aponta exemplos de património construído predominando as respostas em que o local não foi tido em conta, como sejam: castelos, estatuas, ruas antigas, ruas romanas antigas, museus, igreja da Sé, casas,

fontes, escolas, palácios, museu José Régio, castelo de Portalegre, pontes, conventos, muralhas, instituições e Mosteiros dos Jerónimos. Apenas 17% dos alunos do 4º ano de Portalegre aponta unicamente exemplos locais tal como é solicitado na questão: museu José Régio, castelo de Portalegre, Sé Catedral de Portalegre, Palácio Amarelo, Convento de Santa Clara, Convento de S. Bernardo, Fonte da Boneca, museu da tapeçaria, fábrica Robinson, igreja de S. Lourenço, castelo de Marvão e Pousada de Flor da Rosa.

Na questão 4.2., Se respondeste afirmativamente aponta exemplos de outras localidades: - 48,7% dos alunos não respondeu à questão e 1,3% afirma não saber apontar os exemplos pedidos. Dos demais grupos constituídos com os dados recolhidos, o que recolheu mais percentagem foi aquele que as respostas estavam de acordo com a pergunta apresentada. Daí que 21,8% dos alunos de Portalegre foi capaz de apontar exemplos de património existente noutras localidades: estátua do Marques de Pombal, monumentos romanos, Mosteiro da Batalha, estátuas romanas, castelo de Marvão, templo de Diana, Cristo Rei, palácio de Vila Viçosa, Torre de Belém, ponte 25 de Abril, ponte Vasco da Gama, castelo de Monsaraz, museu do brinquedo em Arronches, Sé de Braga, palácio da Pena, castelo de S. Jorge, mosteiro dos Jerónimos, Torre Eiffel, Cristo Redentor e Torre de Pisa. Ao efetuar-se um somatório dos dados recolhidos com outro tipo de respostas (património construído em geral, nomes de localidades, exemplos locais e outros, vários tipos) 28,2% dos alunos de Portalegre não apresentaram uma resposta assertiva).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão de ser uma eterna estudante é para mim como, recorrendo a um ditado popular, “pão para a boca”. Para estas escolhas, tal como para tantas outras, por muito que se reflita sobre elas nas horas de desencanto ou unicamente de cansaço diz-me a experiência que não se consegue encontrar uma explicação ou explicações verdadeiramente fundamentadas. Para tal contribuirão sem dúvida as nossas experiências de vida, as pessoas com quem nos vamos relacionando, o que vamos lendo, observando, enfim aquilo com que cada um de nós vai construindo o seu Eu e simultaneamente vai desenhando o seu projeto de vida.

Estar agora a redigir estas palavras tem por si só, para mim, uma carga emocional muito forte. Estar prestes a concluir esta tese representa para mim, cidadã Lúcia, professora do 1º CEB, bacharel de formação numa época que ser mestre era algo quase inatingível para a maioria das pessoas, o alcançar de um sonho pessoal. O que motivou o ingresso neste mestrado não foram de todo as questões financeiras, nem exclusivamente a progressão na carreira, nem tão pouco o reconhecimento social. Foi unicamente o alcançar de um patamar que há muito se encontrava desenhado na arquitetura do meu projeto de vida.

Neste ponto, salvaguardada a falta de modéstia, gostaria de me congratular por ter chegado até aqui tendo conseguido transpor todos os obstáculos com que fui deparando. Porém todas as grandes caminhadas para serem aprazíveis e terminadas convêm que sejam partilhadas com aquelas que nos são mais queridos.

De entre as várias hipóteses de temas a desenvolver no âmbito da elaboração da tese de mestrado, tal como foi referido ao longo deste documento, a que se confirmou ser a mais viável na sua concretização foi a que nos encontramos agora a redigir. Nesta etapa confirma-se ter sido uma boa decisão ter optado pelo tema aqui desenvolvido, tendo em conta o tempo disponível, a bibliografia existente, os recursos, os meios ao alcance da mestranda e o poder contribuir para a discussão das competências com que os alunos concluem o 1º ciclo.

Tal como se pode ler no capítulo II ainda se pode verificar uma dinâmica na abrangência do conceito de património, tanto ao nível legislativo, como ao nível semântico.

Segundo a bibliografia citada neste trabalho o conceito de património começou por estar mais relacionado com os bens que uma família possui, que deixa de herança aos seus descendentes.

É no reinado de D. Dinis, no século XIII, que ao ser publicada legislação respeitante à recuperação dos burgos arruinados e dos castelos e à proteção de todos os meios de riqueza nacionais que o conceito ganha uma nova vertente esta apenas relacionada mais com a proteção dos bens construídos.

No reinado de D. João V, com a criação da Academia Real da História Portuguesa (1721) em alvará é apontada a necessidade de se proceder à inventariação e respetiva conservação dos monumentos nacionais. Esta ideologia vem tornar o conceito mais abrangente.

Numa influência dos ideais preconizados pela revolução francesa (sé. XVIII) o conceito passa a ter uma vertente de herança social uma vez que passa o estado a tutelar e a proteger as antiguidades sociais.

Já no séc. XIX surge o conceito de património relacionado com os bens de uma nação.

A evolução do conceito tem estado sempre interligada ao que a legislação vai publicando sobre o assunto.

No período da 1ª República publica-se em 1907 o Decreto-lei onde consta uma lista de monumentos e edifícios e outra onde constam exemplos de monumentos nacionais imóveis de interesse público.

Durante o estado Novo o Decreto-Lei nº 20985 (1932) institui o Conselho Superior de Belas Artes e introduz a figura do imóvel de interesse público.

Tal como se pode verificar na bibliografia referenciada nesta dissertação até aos anos oitenta do séc. XX na legislação não se conseguiu encontrar referência ao material etnográfico.

Porém no preâmbulo do Decreto-Lei nº 245/80 denota-se uma ampliação do conceito de património apontando que a sua defesa deverá ser uma tarefa multidisciplinar.

A par do conceito de património delineado na legislação, os museus, na pessoa dos seus responsáveis, foram contribuindo para que o conceito ganha-se nova abrangência.

Com a publicação da Lei de Bases do Património Cultural Português o conceito adquire efetivamente nova dinâmica ao ser considerado que este é constituído por todos os bens materiais e imateriais de reconhecido valor.

Mais recentemente com a promulgação da Lei nº 107/2001 o conceito ganha nova extensão nos seus princípios basilares.

Com base na Lei do Património português surge a tipificação do conceito de património: património arqueológico, património industrial, património artístico móvel, património imóvel, património educativo e património construído.

No entanto já nos nossos dias o próprio conceito alcança ainda novos entendimentos, abarcando também outros resultados da ação humana sobre o que nos rodeia ao longo dos tempos.

Na questão da defesa do património ressalva, a nível mundial, o papel desempenhado pela UNESCO na divulgação e subsequentemente na sua proteção. Este organismo em 1972 elabora um instrumento jurídico internacional designado de Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.

Em Portugal, país signatário da Convenção, o Estado passa a ser o primeiro responsável pela proteção do património, só depois surgem as estruturas associativas e só depois o cidadão comum.

Na atual conjuntura de política educativa cabe à escola um papel fundamental não só na proteção do património, mas antes disso, no conhecimento, na preservação e divulgação do mesmo.

No atual desenho curricular a área disciplinar de Estudo do Meio tem uma carga horária de vinte e cinco horas, metades das quais em Ensino Experimental das Ciências.

O programa da disciplina encontra-se organizado em seis blocos, estes em objetivos e (desde o ano letivo 2010/2011) em metas de aprendizagem.

Após uma análise atenta do programa poder-se-á constatar que não existe um bloco dedicado exclusivamente às questões do património, o que é de lamentar já que na sua nota de introdução se pretende que a escola tenha um papel ativo na proteção do património local e nacional.

Será desejável, em nosso entender, e mais produtivo que no currículo nacional da referida disciplina passe existir um bloco que conduza à abordagem do conceito de património, sua proteção e divulgação de forma clara e precisa, impedindo desse modo que o estudo do património surja como algo de segundo plano ou que seja trabalho apenas em contexto de Área de Projeto. Atualmente o que se pretende dentro desta temática é pouco ambicioso e mesmo por vezes pouco específico se for tido em conta que se restringe unicamente à utilização de formas variadas de comunicação, ao reconhecimento das mudanças e transformações no homem e na sociedade, à análise crítica de algumas manifestações de transformação humana e do meio e à adoção de um comportamento em defesa do património cultural próximo.

Porém a publicação no site da Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular das metas de aprendizagem em 2010 vem tornar mais preciso o que é pretendido trabalhar com os alunos ao nível do conceito de património. Esta publicação é enriquecida no início de 2011 com apresentação de algumas estratégias a ter em conta aquando da planificação dos blocos temáticos.

A definição das metas de aprendizagem e a apresentação de alguns exemplos de estratégias de abordagem é a nosso entender bastante enriquecedor e serão sem dúvida um bom ponto de partida para a elaboração da planificação do professor. De lamentar, no entanto, que da parte do Ministério da Educação estes dois instrumentos orientadores para o trabalho do docente não tenham merecido a mesma preocupação de discussão, divulgação e interpelação como aconteceu com outros programas de outras áreas disciplinares do currículo nacional. Fica no ar a ideia que até para a política educativa a área disciplinar de estudo do meio é a “parente pobre” e mais pobre ainda será a abordagem a estas questões do património.

Tendo em conta esta postura alimentada até pelo currículo nacional poder-se-á então concluir que se poderá perceber e contextualizar os dados recolhidos no estudo desenvolvido nesta dissertação.

Com base nos dados recolhidos, a população do 4º ano de escolaridade do concelho de Portalegre no ano escolar 2010/2011 pode ser caracterizada por 72% reside numa das freguesias urbanas; 67% frequenta a escola num estabelecimento localizado numa das freguesias urbanas; 59% dos alunos tem 9 anos e 58% são do sexo feminino.

No que concerne aos dados recolhidos relacionados diretamente com o tema desta dissertação podemos apontar que: 83% dos alunos já ouviu falar em património e 82% dos alunos fê-lo em contexto escolar.

Quanto à definição de património 42,3% dos alunos do 4º ano do concelho de Portalegre define o conceito recorrendo a vocábulos relacionados com o passado e 15% afirma desconhecer o significado do conceito. Ainda neste seguimento, 21% dos alunos não sabe apontar exemplos locais, 29,5% aponta exemplos de património construído e apenas 17,9% aponta exemplos locais. No que concerne ao conhecimento de exemplos de património existente noutras localidades 48,7% dos alunos do concelho de Portalegre não consegue apontar quaisquer exemplos, 1,3% não sabe. Pode-se concluir que 5,1% dos alunos do 4º ano não entende a questão uma vez que aponta nomes de localidades.

A partir dos dados recolhidos, estamos em condições de afirmar que apesar de uma elevada percentagem dos alunos do 4º ano de escolaridade do concelho de Portalegre em 2010/ 2011 já ouviu falar em património, principalmente em contexto escolar. No entanto, a noção que possuem do conceito é ainda muito restritiva estando ainda muito relacionada com as heranças que vêm do passado e com património construído.

Se for tido em linha de conta as diversas evoluções que o próprio conceito tem vindo a sofrer ao longo dos tempos, desde do reinado de D. Dinis até aos nossos dias, poderemos considerar que a própria escola também ela ainda não conseguiu assimilar todas as tipificações que o conceito já apresenta.

Em género de reflexão sobre o trabalho desenvolvido apraz-se concluir que os objetivos que serviram de fundamentação para a pertinência deste trabalho foram

alcançados. Durante as várias etapas que constituíram a elaboração da dissertação foram preocupações primordiais da sua autora: o cumprimento da calendarização acordada com a Professora Orientadora, manter contactos periódicos com a mesma e respeitar o que ia sendo acordado nas sessões de orientação.

A elaboração deste trabalho não só ampliou os conhecimentos no que concerne à elaboração de uma dissertação, conduziu, igualmente, ao incremento de algumas competências ao nível das tecnologias de informação e comunicação, bem como, os resultados obtidos com o estudo realizado proporcionaram que a sua autora reflectisse ela própria sobre as suas próprias práticas pedagógicas no que respeita ao estudo do património ao nível do 1º CEB. De salientar igualmente, que a elaboração deste trabalho incentivou um estudo mais pormenorizado do programa da disciplina de estudo do meio, das metas e das estratégias. Estas recentemente divulgadas pelo Ministério da Educação.

O estudo realizado no âmbito deste trabalho apesar de ter cumprido os objetivos delineados do início apresenta algumas limitações, nomeadamente ao nível do contexto onde foi levado a cabo, da população e da dimensão da amostra.

No que concerne ao contexto onde o estudo foi realizado não é de forma alguma representativo da toda a realidade nacional uma vez que se restringe unicamente a dois agrupamentos do mesmo concelho.

Quanto à população e à dimensão da amostra, poder-se-á dizer que devido à sua pequena dimensão aconselhasse alguma prudência na generalização dos dados recolhidos a outras realidades.

Os dados recolhidos com este estudo poderão ser o ponto de partida para uma reflexão conjunta entre os diferentes docentes dos dois agrupamentos no sentido de inverter a falta de conhecimento que os alunos do 4º ano revelam acerca do património local.

Num concelho tão rico em termos patrimoniais, nas suas diversas vertentes, o trabalho em parceria entre a escola e as diferentes instituições e estruturas associativas que trabalham orientadas para a proteção do mesmo surge como imprescindível. Como exemplos de estratégia sugere-se fazer um levantamento que pode ou não ser

acompanhado de visitas de estudo a diversos locais de património construído, natural e cultural. Para que este projeto tenha maior alcance cada turma poderá pesquisar acerca de cada uma das tipificações e agendar trocas de informação e de trabalhos periódicas para que a informação disponibilizada aos alunos seja a mais diversificada possível. No final do projeto poder-se-á planificar uma metodologia de divulgação de toda a informação recolhida pelas diferentes turmas junto da comunidade educativa, não só com o intuito de contribuir para a divulgação do património local, mas também, de medidas de dinamização, reconhecimento e proteção do mesmo. Para que esta última estratégia de divulgação do trabalho realizado tenha maior impacto poder-se-á contactar os meios de comunicação regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABRANTES, Paulo (org.) (2002). *Reorganização curricular do ensino básico: a avaliação das aprendizagens*. Lisboa: Ministério da Educação.
- ALARCÃO, Jorge de (1982). *Introdução ao estudo da História e do Património locais*.
- ALMEIDA, A. A. Marques (1998). *Teoria e Prática em História Regional e Local*. In —O Património Local e Regional – subsídios para um trabalho interdisciplinar, DES Ed. Ministério da Educação.
- BARCA, I. (2000). *O Pensamento Histórico dos Jovens – Ideias dos Adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica*. Tese de doutoramento. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho. Braga
- BARCA, I (2001). *Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em História*. Universidade do Minho. Braga.
- Cadernos de arqueologia e arte, 2. Instituto de Arqueologia e de História da Arte.
- CAVACO, Maria Helena C. A. (1999) *Investigar para aprender: trabalho de campo*. Departamento da Educação Básica. Lisboa.
- CONDE, A. F.; MAGALHÃES, O. (2008) - — Abordagem educativa de um monumento: O Aqueduto de Évora □, in *Actas del Seminario Internacional El Patrimonio Cultural: Tradiciones, Educación y Turismo, Extremadura – Portugal*: Cáceres, Universidad de Extremadura/Consejería Provincial de Cáceres.

FERNANDES, António José. (1994). *Métodos e regras para a elaboração de trabalhos académicos e científicos*. Porto Editora. Porto.

FERREIRA, David Mourão (1977). *Defesa e valorização do património cultural português*. Boletim da Secretaria de Estado da Cultura, nº5.

GUERREIRO, M. Viegas. (1994). *Guia de recolha de literatura popular*. Ministério da Educação. Lisboa.

Grande Enciclopédia (2004), volume 10. DURCLUB. Lisboa

HORTA, M. de L. P. *Educação Patrimonial. O que é Educação Patrimonial*. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/pgm1.htm>. Acesso em 09/01/2011.

LAKATOS, Eva Maria. (1996) *Metodologias do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projectos e relatórios, publicações e trabalhos científicos*. Edições S. Paulo:Cortez.

LOPES, A. Flávio (coord.) (1994). *Critérios – Classificação de bens imóveis. Informar para proteger*. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Secretaria de Estado da Cultura.

LOPES, A. Flávio (coord.) (1996). *Cartas e Convenções Internacionais – informar para proteger*. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Ministério da Cultura. Lisboa.

MAGALHÃES, O. (2000). *Concepções de professores sobre História e ensino da História. Um estudo no Alentejo*. Tese de Doutoramento. Évora: universidade de Évora.

MAGALHÃES, Olga. *Didáctica, Didáctica da História, Historiografia*. Universidade de Évora. Biblioteca/Estudos e Colóquios

- MANIQUE, António Pedro. (1994). *Didáctica da história: património e história local* – Educação Hoje. Texto Editora. Lisboa.
- MARTINS, Ana Cristina, (2004). “*Património Histórico-Cultural*” in *Património Estudos*, IPPAR, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1986). Lei n.º 46/86 de 14 Outubro. Lei de base do sistema educativo.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1989). *Reforma Curricular*. Ministério da Educação. Lisboa.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2000). *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Organização Curricular e Programas: Ensino Básico — 1ºCiclo, Departamento da Educação Básica (2004) Editorial do Ministério da Educação.
- PACHECO, Hélder (1985). *Portugal – Património Cultural popular*. Porto: Areal Editores, 1.ª edição.
- PACHECO, Hélder (1987). *Rostos da gente*. Lisboa: Caminho
- PAIS, José Machado (1999). *Consciência Histórica e Identidade: os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*. Secretaria de Estado da Juventude. Oeiras: Celta Editora Lda.
- PINHEIRO, Nuno Santos. *O Nosso Património Construído*. Fórum Unesco – Universidade e Património.

PUREZA, José Manuel (1998). *O Património comum da Humanidade: Rumo a um direito internacional da solidariedade?* Edições Afrontamento. Centro de Estudos Sociais. Porto. Tese de Doutoramento.

RAMOS, Ana (2009). *Tese de mestrado: O lugar da Educação Patrimonial no Currículo Escolar* Universidade de Évora.

ROLDÃO, Maria do Céu (1999). *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*. Lisboa, DEB.

SOUSA, Maria Gracinda de. (2000). *A parceria entre a escola, a família e a comunidade: o património cultural local como forma de envolvimento dos pais*. Ministério da Educação. Divisão de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

TELMO, Isabel Cottinelli. (2005). *O património e a escola. Do passado ao futuro*. Texto editora.

UNESCO (1972). *Salvar o Património Mundial*. Convenções sobre a protecção do Património Mundial, cultural e Natural.

UNESCO (1996). *Relatório da UNESCO sobre a Educação para o século XXI – Educação um tesouro a Descobrir*. Edições ASA.

LEGISLAÇÃO

DECRETO nº 20985, de 7 de Março de 1932 (classificação dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público).

DECRETO-LEI n.º 245/80, de 22 Julho (defesa do Património cultural).

DESPACHO 9590/99 de 14 de Maio. *Gestão Flexível do Currículo*.

DECRETO-LEI n.º 107/2001. Legislação sobre Património.

DECRETO-LEI n.º 18/2011. Consolidação da organização curricular da educação Básica.

LEI n.º 2032, de 11 de Junho de 1949 (classificação dos móveis e imóveis de interesse concelhio).

LEI n.º 13/85. DR 153/85 SÉRIE I de 6 de Julho (Lei de Bases do património cultural português).

LEI n.º 107/2001 de 8 de Setembro (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural).

WEBGRAFIA

<http://www.dgidc.min-edu.pt>

<http://www.dgidc.min-edu.pt/ensinobasico/>

<http://www.metasdeaprendizagem.min-edu.pt/ensino-basico/metas-de-aprendizagem/metas/>

ANEXOS

Ex.^a Sr. Diretor do Agrupamento

Nº 2 de Portalegre

Data: 8 / 11 / 2010

Assunto: Recolha de dados

Ex.^a Sr.^a Diretora do Agrupamento Nº 1 de Portalegre, eu, Lúcia Maria Lopes Gonçalves Papafina, portadora do B.I. nº 9869060, residente na Rua Olival da Bica, Monte Carvalho, professor do 1º Ciclo do Ensino Básico, informo V. Ex.^a que me encontro a frequentar o segundo ano (3º e 4º semestre) do Curso de 2º Ciclo de Ciências da Educação – Administração e Gestão Educacional, na Universidade de Évora.

Como será do conhecimento de V. Ex.^a o segundo ano do Curso restringe-se às unidades curriculares de Seminário (s), mais concretamente, elaboração de uma dissertação.

No meu caso a minha orientadora trata-se da Doutora Olga Magalhães e o tema da supra mencionada dissertação intitula-se **“O conceito de Património nos alunos do 1º CEB”**, nesse âmbito venho solicitar a V. Ex.^a que me seja facultada a informação escrita referente ao número de alunos a frequentar este ano letivo o 4º ano de escolaridade nesse Agrupamento, distribuídos pelas respetivas escolas e turmas.

Solicito igualmente que autorize a entrega de questionários a alunos e professores desse ano de escolaridade uma vez que esse Agrupamento será considerado a amostra do meu estudo, cujo Problema é : Que conceito de património possuem os alunos no final do 1º CEB no concelho de Portalegre?

Ciente que este meu pedido possa traduzir-se em acréscimo de trabalho para os serviços administrativos, apelo à compreensão de V. Ex.^a e à de quem a tarefa for destinada, no sentido de tornar viável esta componente da minha dissertação.

Atenciosamente, despeço-me de V. Ex.^a ficando a aguardar a resposta à minha solicitação.

A Mestranda

Lúcia Papafina

Ex.^a Sr.^a Diretora do Agrupamento

Nº 1 de Portalegre

Data: 8 / 11 / 2010

Assunto: Recolha de dados

Ex.^a Sr.^a Diretora do Agrupamento Nº 1 de Portalegre, eu, Lúcia Maria Lopes Gonçalves Papafina, portadora do B.I. nº 9869060, residente na Rua Olival da Bica, Monte Carvalho, professor do 1º Ciclo do Ensino Básico, informo V. Ex.^a que me encontro a frequentar o segundo ano (3º e 4º semestre) do Curso de 2º Ciclo de Ciências da Educação – Administração e Gestão Educacional, na Universidade de Évora.

Como será do conhecimento de V. Ex.^a o segundo ano do Curso restringe-se às unidades curriculares de Seminário (s), mais concretamente, elaboração de uma dissertação.

No meu caso a minha orientadora trata-se da Doutora Olga Magalhães e o tema da supra mencionada dissertação intitula-se **“O conceito de Património nos alunos do 1º CEB”**, nesse âmbito venho solicitar a V. Ex.^a que me seja facultada a informação escrita referente ao número de alunos a frequentar este ano letivo o 4º ano de escolaridade nesse Agrupamento, distribuídos pelas respetivas escolas e turmas.

Ciente que este meu pedido possa traduzir-se em acréscimo de trabalho para os serviços administrativos, apelo à compreensão de V. Ex.^a e à de quem a tarefa for destinada, no sentido de tornar viável esta componente da minha dissertação.

Atenciosamente, despeço-me de V. Ex.^a ficando a aguardar a resposta à minha solicitação.

A Mestranda

Lúcia Papafina

QUESTIONÁRIO

O preenchimento deste questionário destina-se à recolha de dados referente ao tema “Conceito de património nos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico” no âmbito da elaboração de uma dissertação de curso de mestrado em Ciências da Educação – Administração e Gestão Educacional, Universidade de Évora

1 – Dados pessoais

- a) Resido em _____.
- b) Frequento a escola _____.
- c) Estou no ____ ano de escolaridade.
- d) Tenho ____ anos de idade.
- e) Sou do sexo feminino ☐ masculino ☐

2 – Já alguma vez ouviste falar de património? Sim ☐ não ☐

3 – Na tua sala de aulas já falaste de património? Sim ☐ não ☐

3.1. Escreve o que entendes por património.

--

4 – Conheces exemplos de património? Sim ☐ não ☐

Se respondeste afirmativamente aponta exemplos:

Locais:

De outras localidades:

A mestranda: Lúcia Papafina março de 2011 OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.